



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS-IHL

CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

ALINE MOREIRA TEIXEIRA

**UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE REDENÇÃO: DA HISTÓRIA DOS
ENGENHOS À INVISIBILIDADE DA PRESENÇA NEGRA**

REDENÇÃO- CE

2016

ALINE MOREIRA TEIXEIRA

**UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE REDENÇÃO: DA HISTÓRIA DOS
ENGENHOS À INVISIBILIDADE DA PRESENÇA NEGRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline Britto Pólvera

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Tedesco

REDENÇÃO-CE

2016

ALINE MOREIRA TEIXEIRA

**UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE REDENÇÃO: DA HISTÓRIA DOS
ENGENHOS À INVISIBILIDADE DA PRESENÇA NEGRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA:

Aprovada em: ___/___/_____

Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora (Orientadora)

Profa. Dra. Maria do Carmo Tedesco (Co-orientadora)

Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra (Examinadora)

Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Teixeira, Aline Moreira.

T264o

Um olhar sobre a cidade de Redenção: da história dos engenhos à invisibilidade da presença negra / Aline Moreira Teixeira. - Redenção, 2016.

63 f: il.

Monografia - Curso de Humanidades - Trimestral, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

Orientador: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora.

Coorientador: Profa. Dra. Maria do Carmo Tedesco.

1. Engenhos - Redenção - Ceará. 2. Cachaça. 3. Abolicionismo.
4. Negros. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 981

Dedico este trabalho com muito carinho as mulheres da minha vida: minha mãe Maria Gorete, a minha avó Maria Eulália e a minha irmã Jaqueline.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e saúde para suportar as adversidades da vida.

Agradeço também especialmente a minha orientadora, Professora Jacqueline Britto Pólvora e minha co-orientadora Professora Maria do Carmo Tedesco, por terem aceitado trabalhar comigo nesta pesquisa. Ressalto aqui, a minha admiração pelas duas orientadoras que souberam lidar com as minhas dificuldades tendo toda a atenção, compreensão e paciência comigo.

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe Maria Gorete que apesar das dificuldades sempre me apoiou nas minhas escolhas.

Agradeço também a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ao coordenador (a) do Instituto de Humanidades e Letras, ao coordenador (a) do curso de Bacharelado em Humanidades, os (as) bibliotecários e a todos os professores (as) e demais funcionários que participaram deste ciclo de minha vida acadêmica.

Agradeço imensamente ao Senhor Raimundo Ivan Costa, por ter sido meu “informante” me indicando as pessoas certas na qual eu poderia entrevistar. Sem a contribuição dele a pesquisa não teria sido possível.

Agradeço as pessoas que colaboraram na pesquisa permitindo que eu as entrevistasse e resgatasse um pouco de suas memórias como Dona Maria do Socorro Costa, Senhor Itamar Duarte, Senhor Victor de Souza e Senhor Adolpho de Souza Neto.

Agradeço ao Professor Levi Jucá pela ajuda com um livro importante para a pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas de curso, em especial: Brenda, Patrícia, Elenilda, Edineuda, Ythalo, Cristiane, Rosa Mística, Elves, Nayane, Regilene, Mona Lisa e Mikeias pela amizade cultivada e por todo o apoio. Não podia deixar de agradecer também as minhas amigas de residência: Ester e Larissia pelo incentivo e apoio.

Enfim, agradeço a todos que ajudaram durante o período de minha formação.

RESUMO

Este trabalho é um estudo dos engenhos de aguardente e a sua inserção na cidade de Redenção. Partindo do histórico da ocupação da região, buscamos fazer um levantamento dos antigos engenhos de aguardentes e compreender como se procedeu a decadência desses engenhos vis-à-vis o processo de abolição, enquanto evento marcante da história local. Buscamos compreender como as representações deste evento nos monumentos da cidade contam sobre a presença negra no cotidiano do trabalho nos engenhos. A partir de pesquisas bibliográficas e de entrevistas realizadas com os descendentes e proprietários dos engenhos buscamos remontar a história local a partir da história oral como método.

Palavras-chave: Engenhos de aguardente; Abolição; Representações; (in)Visibilidade negra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1- O MACIÇO DE BATURITÉ: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO	11
1.1- O surgimento de Baturité	11
1.2- Expansão do povoamento e das atividades econômicas.....	16
1.3- A cidade de Redenção. As marcas da escravidão e invisibilidade do negro	19
1.4- Abolição em Redenção	24
CAPÍTULO 2- OS ENGENHOS DE REDENÇÃO	29
2.1- Cachaça Douradinha, o engenho pioneiro	29
2.2- O engenho, a cachaça e os rótulos. A história que eles nos contam.....	33
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS DOS PROPRIETÁRIOS DE ENGENHO	44
3.1- As famílias e suas histórias	44
3.2- Decadência dos engenhos.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

A cidade de Redenção tem na sua história o evento da primeira abolição da escravatura no Brasil. Este evento está marcado em monumentos espalhados pela cidade e na presença de engenhos espalhados no interior do município. Na região de Redenção, apesar do tempo, ainda se conservam ruínas de antigos engenhos que em época passada tinham como produto principal a fabricação de aguardente. Foi a partir desta constatação que se configurou este trabalho que consiste em um estudo dos engenhos de aguardente e a sua inserção na cidade de Redenção.

Redenção é uma cidade situada a 66 km de Fortaleza. Sua história está inexoravelmente ligada à prematura abolição da escravidão em 1883, acontecimento que, inclusive, lhe conferiu o nome. É também devido a esse fato que a cidade é a sede da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)¹.

A partir desse fato todas as narrativas da cidade o adotam como ponto de partida, numa construção histórica. Esta narrativa cujas marcas se espalham por toda a cidade com os monumentos que foram sendo construídos em homenagem à referida data instigam à uma investigação mais profunda que nos revele alguma história para além do evento da abolição dos escravos, cinco anos antes da promulgação da Lei Áurea, pela Princesa Isabel.

A origem desta pesquisa se insere na necessidade de buscar um pouco mais da história de Redenção, particularmente tendo como objetivo estudar a relação entre os engenhos de aguardente e a cidade de Redenção, buscando construir nexos entre os primórdios da sociedade colonial e os tempos mais contemporâneos utilizando os engenhos como fio condutor dessa narrativa. O objetivo também é investigar sobre a memória da presença negra na cidade e algumas nuances de como ela é contada. A partir disso, realizou-se um levantamento dos antigos engenhos de aguardentes e buscou-se compreender como se procedeu a decadência desses engenhos. Tentou-se, portanto resgatar a memória dos herdeiros de engenhos sobre a história dos engenhos de cana- de- açúcar da região.

A metodologia empregada na pesquisa sobre os engenhos de aguardente pautou-se na utilização de algumas fontes escritas e também na utilização de história oral, devido à dificuldade de material e a ausência de pesquisas sobre o assunto. A história oral consiste em um método bastante utilizado pela historiografia e por disciplinas da área das humanidades

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, criada no dia 20 de julho de 2010 pela Lei 12.289.

como a sociologia e a antropologia para obter informações não contempladas pelos registros escritos. Neste trabalho nos fundamentamos nos princípios metodológicos relativos à história oral defendidos e propostos por Queiroz (1986), Maria Celina D'Araújo (1999) e Matos e Senna (2011).

As entrevistas realizadas nos conduziram para uma pesquisa complementar relacionada à história de Redenção, de forma a acrescentar e melhor entender o contexto referido pelos depoentes. As pessoas escolhidas são descendentes de famílias que tinham engenhos e fabricavam aguardente na região. Entrevistamos essas pessoas em suas residências situadas em sítios bem próximos à cidade de Redenção. Isso só foi possível devido a ajuda da minha co-orientadora e historiadora Maria do Carmo Tedesco e também do Senhor Raimundo Ivan Costa que ajudaram a entrar em contato com as pessoas entrevistadas. Optamos por não passar um questionário, pois pensamos que dessa maneira as pessoas ficariam mais à vontade para falar. No total entrevistamos quatro pessoas, mas no trabalho utilizamos a fala de apenas duas, porque foram as narrativas mais significativas para esclarecer os objetivos desse trabalho. Como estamos lidando com as memórias dessas pessoas, percebemos que algumas vezes durante as entrevistas essas pessoas foram bem claras nas suas narrativas enquanto outras vezes não. Mas o que realmente importava para nós é, além do conteúdo, a maneira como essas pessoas contam esta história, afinal estas pessoas são os personagens vivos da história dos engenhos de Redenção.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos falar dos dois eixos de ocupação da região do Maciço de Baturité, baseados na pesquisa de Vinicius Leal (1981) e sobre o desenvolvimento das atividades agrícolas que permitiram a ocupação da região. Buscamos também falar brevemente sobre a história da cidade de Redenção e dos monumentos históricos que indicam a presença negra na história da cidade. Buscamos falar ainda do movimento abolicionista e da abolição dos escravos em Redenção.

No segundo capítulo partimos da análise da presença do engenho Douradinha e a fabricação de aguardente com o objetivo de conhecer o motivo que fez com que apenas esse engenho continuasse fabricando aguardente, enquanto os outros fecharam. Buscamos também fazer uma pequena descrição do Museu Senzala Negro Liberto, para demonstrar como a narrativa sobre a história dos engenhos e dos escravizados é repassada pelos agentes daquele local. Além disso, procuramos pesquisar os demais engenhos de aguardentes na região para conhecer como funcionavam. Somando-se a isso, procuramos fazer uma pequena análise dos rótulos das cachaças fabricadas na região para tentarmos compreender o que essas imagens podem transmitir sobre a história dos engenhos e a presença deles no Maciço de Baturité.

No terceiro capítulo tentamos reconstruir a história de dois descendentes de duas das famílias que tinham engenhos de aguardente na região. Tentando descobrir as cachaças produzidas em cada engenho, a forma de engarrafamento e de transporte, os locais de comercialização, os rótulos, os trabalhadores e o perfil da cidade em meados do século XX, época áurea da produção de aguardentes. Por fim, procuramos conhecer os motivos que resultaram no fechamento dos engenhos de aguardente, buscando entender como se processou esse período de decadência.

CAPÍTULO 1- O MACIÇO DE BATURITÉ: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

Neste capítulo buscaremos relatar como se efetuou o processo de ocupação da região do Maciço de Baturité, o surgimento da cidade de Baturité e da cidade de Redenção. Vamos, também, falar das atividades agrícolas que foram desenvolvidas neste território de condições climáticas diferenciadas do sertão, como o plantio de algodão, de café e de cana-de-açúcar. Tentaremos, ainda que de forma simplificada, contar um pouco da história da cidade de Redenção, que teve sua origem ligada à cidade de Baturité, e sobre a modificação do nome inicial Acarape devido ao ato histórico da abolição da escravatura. Compreender o significado dos monumentos históricos espalhados pela cidade e sua ligação com aquele evento histórico e, finalmente, considerar a questão da invisibilidade negra na história da cidade. Relataremos também sobre o movimento e o surgimento de sociedades abolicionistas no Ceará e em Redenção, e a abolição dos escravos em Redenção e demais municípios cearenses.

1.1- O surgimento de Baturité

Falar da história da cidade de Redenção envolve também falar da história da cidade de Baturité, pois as histórias de ambas as cidades estão vinculadas. Baturité foi durante muito tempo sede administrativa de toda a região do Maciço. Sendo que gradualmente, à medida que as regiões iam crescendo economicamente iam se emancipando e ganhando autonomia surgindo assim às diversas cidades que compõem o Maciço de Baturité tais como as cidades de Aracoiaba, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Pacoti e Redenção.

No que se refere à ocupação da região do Maciço de Baturité é importante destacar que a região foi ocupada mediante duas linhas. A primeira expansão, de acordo com o pesquisador da história da região, Dr. Vinicius Barros Leal (1981), ocorreu com a distribuição de sesmarias “rio acima” e marcou o primeiro processo de ocupação da região alcançada pelo rio Choró. Em 1680, Estevão Velho de Moura e mais seis rio-grandenses do norte ganharam do Capitão-mor Sebastião Sá uma sesmária com extensão de três léguas compreendendo quase todo o curso do rio Choró, atingindo grande parte da atual microrregião de Baturité. (LEAL, 1981, p .23-26).

A segunda linha de ocupação da região ocorreu, no século seguinte, com a criação de uma aldeia indígena mais tarde transformada em vila no pé da serra de Baturité, a vila de Monte- Mor o Novo da América fundada em 1764, atual cidade de Baturité. Outras vilas indígenas também foram eretas no mesmo período, conforme Leal:

No Ceará, em 1759, foram eretas em vilas as antigas aldeias de Caucaia, Paupina, Ibiapaba, Parangaba e Paiacus. As duas outras, Baturité e Crato, só cinco anos após. (LEAL, 1981, p. 16).

Das aldeias indicadas acima praticamente todas tiveram mudanças em suas denominações quando foram transformadas em vilas indígenas. Como a antecedente da Vila de Monte- Mor o Novo da América, que conforme aponta o historiador Raimundo Girão (1984, p.108), seria a antiga Missão de Nossa Senhora da Palma.

Segundo Leal (1981), a criação da vila de Monte- Mor o Novo da América (hoje cidade de Baturité) e demais vilas indígenas fazia parte de uma preocupação que tinha D. José com as constantes “descidas dos sertões” que resultavam no despovoamento do interior da colônia. As ordenações do rei feitas durante o século XVIII, já não tinham mais como preocupação as invasões estrangeiras, mas sua preocupação principal passava ser a criação de novas formas para a boa convivência com os indígenas e também a “dilatação da Fé e do Império”. (LEAL,1981, p.15).

Conforme Isabelle da Silva (2003, p.76), as chamadas “descidas do interior” eram ações realizadas tanto por colonos quanto por missionários que consistiam em “fazer descer dos sertões” para o litoral os indígenas e fixá-los nas redondezas das vilas, nos chamados aldeamentos indígenas. Apesar de realizarem práticas similares, colonos e missionários possuíam interesses diferenciados. Enquanto os colonos desciam os índios para escravizá-los, os religiosos desciam para reduzi-los as missões.

Para José Pinheiro (2007, p.37-42), os aldeamentos indígenas serviram para confinar os nativos em uma área limitada, facilitando o avanço dos colonizadores com a pecuária, atividade que permitiu a ocupação da capitania cearense. Quando esta começou a avançar pelo interior do território, os conflitos entre os nativos e colonizadores aumentaram, principalmente devido das tomadas de terras e resistência nativa a tal processo, assim para garantir seus interesses a Coroa portuguesa aliou-se com a igreja católica, que foi responsável pela produção de argumentos para convencimento dos nativos à subordinação aos colonos portugueses. As aldeias também serviram como redutos militares a partir de onde os indígenas juntamente com os colonos guerreavam contra as tribos que resistiam no sertão. Somando-se a isso, era um espaço no qual se tentava impor ao índio o modo de vida europeu, sobretudo no que refere à fé católica e ao trabalho disciplinado. Foi um meio que os portugueses utilizaram para consolidar a conquista do território cearense.

Pode-se compreender que as vilas indígenas nasceram também devido à aplicação da legislação pombalina. Segundo Isabelle da Silva (2003), uma nova legislação foi instituída em

maio de 1757 por iniciativa do primeiro-ministro de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, o qual se tornaria no futuro o Marquês de Pombal. A Vila de Monte- Mor e as demais vilas foram a partir dessa legislação organizadas sob as diretrizes do “Diretório Pombalino”, que consistia em um conjunto de regras para regular a vida dos indígenas nas vilas. Visto que, o objetivo do Marquês de Pombal com essa política “era a supressão do poder temporal dos jesuítas e demais religiosos sobre a vida dos índios a emancipação e a integração deste à sociedade colonial” (SILVA, 2003, p. 84). Tratava-se de um projeto ambicioso que abrangia o campo religioso, cultural, administrativo e econômico. Mas a legislação no caso funcionou como um pretexto para expulsão dos religiosos (em sua maioria jesuítas) de todas as aldeias indígenas espalhadas pelo território brasileiro transferindo a administração das mesmas para pessoas leigas. Com a nomeação de um colono português para o cargo de diretor para controlar os indígenas na vila. (LEAL, 1981, p. 15-20; SILVA, 2003, p. 84).

O projeto do Marquês de Pombal tornou-se uma forma de tirar o poder dos jesuítas sobre as aldeias indígenas e, assim, garantir que os colonizadores pudessem dispor de trabalhadores nativos sem ter que se preocupar com os religiosos, já que estes eram contra a escravização dos índios.

A política de incentivo aos brancos para o convívio na vila indígena de Monte- Mor era visto como uma possibilidade de união destes com os nativos e de “civilização” dos mesmos “através da comunicação e do comércio” (LEAL, 1981, p. 65). Esperava-se que com o casamento entre os dois povos distintos “os portugueses conduzissem as índias aos valores, costumes e práticas ocidentais” (SILVA, 2003, p. 75), ou seja, esperava-se a conversão dos indígenas ao modo de vida europeu. Sendo que os colonos portugueses que desobedecessem tais determinações poderiam correr o risco de serem punidos, sendo expulsos da vila, chegando a perder as terras concedidas.

A criação da vila de Monte- Mor e demais vilas indígenas seguiam o modelo já adotado pelo governador do Maranhão e Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, a vila de São José do Rio Negro, no Pará. Nessa vila experimentou-se uma administração civil, escolhendo entre os próprios indígenas representantes para o comando e não mais os religiosos. E esse mesmo modelo procurou-se reproduzir nas demais vilas. Sendo assim, as principais autoridades que foram escolhidas para ajudar na administração da vila de Monte-Mor o Novo da América como o Juiz Ordinário, Francisco Soares Correia, o Procurador, João de Oliveira e os Vereadores, Teodósio de Barros, Manuel Figueiras do Monte e David Bezerra, eram todos de origem indígena e desconheciam a escrita, com exceção do escrivão, Cosme Paes Maciel de Carvalho e do

diretor da vila, Capitão João Rodrigues de Freitas. (LEAL, 1981, p. 47-48; SILVA, 2003, p. 124-125).

É importante destacar que anterior à instalação da vila de Monte- Mor o Novo da América, hoje cidade de Baturité, havia inicialmente uma aldeia indígena formada por índios da tribo Canindé e Jenipapo. Segundo Leal (1981), inicialmente os índios da tribo Canindé viviam na região e tinham como capitão Duarte Sodré Pereira Tibão². Em 1731 solicitam um missionário para seu aldeamento nas cabeceiras do rio Choró. Um missionário de Olinda veio assisti-los, trazendo a imagem de Nossa Senhora da Palma como padroeira da capela e conseguiu na época uma légua de terra no lugar chamado Muxió, perto de Quixadá, lá se estabeleceram e ficaram por algum tempo.

Em 1739, outro chefe indígena da tribo Jenipapo, Capitão Miguel da Silva Cardoso, chegou a solicitar ao governador de Pernambuco Henrique Lins Pereira Freire a formação de um aldeamento, o governador manda que eles sejam reunidos com os índios da tribo Canindé, já que “tinham a mesma língua e eram aparentados”. Foram reunidos e antes de se fixarem definitivamente em Baturité estiveram em outros lugares. Só depois e acompanhados pelo Capitão Miguel da Silva Cardoso migraram para a Serra de Baturité e se aldearam num local chamado “Comum” posteriormente Aldeia de Nossa Senhora da Palma. Sendo que “depois de instalada a Paróquia, os nascidos ali eram dados como naturais da Paróquia de Nossa Senhora da Palma”. (LEAL, 1981, p. 33-35).

De acordo com Isabelle da Silva (2003, p.118) e Vinicius Leal (1981, p.16-22), que descrevem o processo de instalação da vila, a Capitania do Ceará era, na época, subalterna à Pernambuco, assim, o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Ceará, Dr. Vitorino Soares Barbosa veio por ordens do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, e recebendo deste instruções por meio de Carta Régia para “erigir e demarcar o termo em que há de criar e estabelecer” a nova vila de Monte-Mor o Novo da América (SILVA, 2003, p.118). Logo ao chegar na vila mandou baixar um edital determinando a data que seria a aclamação da vila, que foi lido e publicado na “missa da primeira domingo seguinte”, e após fixado na porta da igreja para que todos tivessem conhecimento das ações que iriam ser realizadas (SILVA, 2003, p.118).

No dia 14 de abril de 1764, por volta das 15 horas, no centro da praça, nasce oficialmente à vila de Monte-Mor o Novo da América. Na cerimônia todos os moradores estavam presentes. Após o escrivão ler os autos de ereção da vila, o Ouvidor Dr. Vitorino

²O autor se refere a esses capitães como chefes indígenas.

Barbosa mandou erguer o pelourinho e em voz alta e inteligível pronunciou “Real, real! Viva o nosso augusto soberano e fidelíssimo rei o Sr. D. José I de Portugal, que mandou criar esta vila” (SILVA, 2003, p. 124). Conforme Silva, o povo repetia as palavras embora poucos entendessem o que estava ocorrendo, pois a maioria dos moradores da vila era constituída por indígenas que não sabiam ler nem escrever. A partir dessa data a aldeia de índios passou a se chamar-se de Vila Real de Monte- Mor o Novo da América, sendo que “... seu orago ficava sendo a Mãe Santíssima e Senhora da Palma e que o padroeiro era o Senhor S. João Nepomuceno, aos quais os moradores deveriam orar e festejar” (SILVA, 2003, p.124).

A vila de Monte-Mor foi criada para os índios e alguns deles até ganharam cargos na administração. Contudo, quem realmente administrava a vila era o diretor que agia como tutor dos nativos e aplicador do Diretório. Sendo que a pessoa escolhida para esse cargo devia ser “dotado de bons costumes, zelo, prudência, ciência da língua” (SILVA, 2003, p. 85), recaía sobre ele toda a responsabilidade de gerenciar a vila. O diretor era responsável pelo controle dos habitantes, pela “boa convivência”, pela prática de “bons costumes” e da “moral” (LEAL, 1981, p. 64) e principalmente pelo incentivo ao trabalho e o comércio. Embora alguns indígenas tenham sido escolhidos para ajudar na administração da vila eles eram “considerados não capacitados para exercer o governo”, na prática quem realmente administrava a vila era o diretor. Na vila de Monte-Mor o primeiro diretor escolhido foi o Capitão João Rodrigues de Freitas. (SILVA, 2003, p. 85).

A inovadora política de Pombal, iniciada primeiramente pelo seu irmão de tirar os indígenas da tutela dos jesuítas e criar uma administração civil conduzida pelos próprios nativos resultou em um plano que não teve sucesso e o governo indígena ficou apenas no papel. Passados anos da criação da vila de Monte-Mor o Novo da América os resultados não foram tão satisfatórios. “As desordens de costumes”, “as fugas de indígenas”, “as dificuldades econômicas” e “a falta de habilidade, de honestidades e de moralidade dos diretores” estão dentre os principais problemas que surgiram mostrando que os novos substitutos dos jesuítas “nem sempre estiveram à altura das importantes funções missionárias”, ou seja, os diretores não conseguiram alcançar os mesmos resultados dos missionários. (LEAL, 1981, p.50).

O Diretório veio a ser extinto por meio de Carta Régia em 1798, (depois de quase 50 anos de vigência), sendo que no território cearense ele foi utilizado até meados do século XIX, quando finalmente acabou. (SILVA, 2003, p. 89).

Embora a cidade de Baturité tenha surgindo originalmente da vila de Monte-Mor o Novo da América, alguns brancos já viviam na região se esforçando para uma efetiva

ocupação das terras concedidas na forma de sesmarias e tentando evitar que as mesmas caíssem em “comisso” (perda da concessão). (LEAL, 1981, p.23).

Como se sabe em todo o Brasil existia muitos indígenas e aqui no Ceará não era diferente. No Maciço, o número de indígenas habitando a região era muito significativa e, apesar das doenças e dos massacres a tribos inteiras feitas pelas expedições a serviço da Coroa, os primeiros desbravadores tiveram que se defrontar com a resistência dessas tribos. (LEAL, 1981, p. 27-28).

Mesmo nesta situação desfavorável de ameaça indígena, muitos colonos vinham para a região do Maciço de Baturité atraídos pelo clima ameno, abundância de água e frutas e principalmente pelo solo fértil adequado para a prática da agricultura. (LEAL, 1981, p.24).

Conforme Leal, muitos desses primeiros habitantes eram descendentes das famílias mais ricas e tradicionais do Nordeste, em especial as famílias pernambucanas possuidoras de muitos escravos, enormes plantações de cana-de-açúcar, com casa- grande, capela e senzala que vieram para o Ceará fugindo das perseguições da Guerra dos Mascates, em 1711, contribuindo para a ocupação do interior em direção da região de Baturité onde se estabeleceram como plantadores de cana e também instalaram seus engenhos, porém as famílias que viveram na região do Maciço de Baturité não alcançaram o mesmo sucesso econômico das propriedades pernambucanas. Pelo contrário, tiveram na região do Maciço de Baturité uma vida bastante simples, vivendo com poucos bens e escassa escravaria, precisando de ajuda tanto do governo quanto da igreja (LEAL, 1981, p. 29-32). Muito diferente da vida de luxo e de opulência vivida pelos senhores de engenhos baianos e pernambucanos, descritos por Gilberto Freyre em sua obra Casa-Grande e Senzala (1933).

1.2- Expansão do povoamento e das atividades econômicas

As ocupações a partir das doações de sesmarias assim como a criação de vilas indígenas foram às formas como se deu a colonização do Ceará, ocupação esta considerada como tardia quando comparada com outros estados nordestinos. Uma região que sobreviveu por muitos anos como área complementar à economia do litoral açucareiro de Pernambuco e Bahia. Sendo a criação de gado e posteriormente o binômio gado-algodão os grandes responsáveis pela ocupação e fixação do homem branco no Ceará. (PINHEIRO. In: SOUSA, 2007, p.17).

Enquanto a pecuária e o algodão se estendiam pelo sertão semiárido cearense, na Serra de Baturité as condições climáticas, diferentes do sertão, permitiram que além do algodão

outras atividades agrícolas fossem praticadas como a cana-de-açúcar e o café, possibilitando a fixação de europeus e seus descendentes nessa região e formação dos núcleos urbanos.

Leal (1981, p.82-84) através do seu estudo de inventários da época colonial informa o que era produzido nos sítios da região do Maciço de Baturité. De acordo com o autor, neles plantava-se cana, mandioca, algodão, feijão, milho. Plantava-se embora em quantidades menores arroz, frutas e fumo. Lembrando que era uma produção voltada para o consumo dos próprios habitantes da região. Além disso, nestes sítios desde o início quando chegaram os primeiros colonos foram montados engenhos, para a fabricação de rapadura e de mel (melaço), sendo a aparelhagem dessa indústria canavieira constituídas de peças rudimentares, com algumas das peças confeccionadas na própria região do Maciço (na Serra) e outras trazidas de Pernambuco ou da Paraíba como os tachos de cobre. “Mestres experientes” eram trazidos pelos colonos para a montagem desses engenhos. A maquinaria funcionava por meio de tração animal (utilizava-se bestas, cavalos e bois), mas também existiam engenhos movidos à água. Nas propriedades também se tinham as “casas de farinha” construídas com aparelhagem muito simples para a produção de farinha de mandioca. Essas “engenhocas” foram essenciais para a produção dos dois alimentos básicos da população na época: a rapadura e a farinha de mandioca. (LEAL, 1981, p. 82-84).

Leal chega a identificar a presença de engenhos em várias fazendas na região do Maciço de Baturité, quatorze no total. Sendo que dos quatorzes engenhos, dois deles os proprietários tinham suas fazendas localizadas na área do Acarape (atual cidade de Redenção).

Raimundo Girão (1986, p.146-163) em seu livro intitulado *Evolução Histórica Cearense*, informa sobre o ciclo de plantação de algodão na província cearense. Segundo o historiador, as primeiras tentativas de plantação de algodão datam do final do século XVIII, mas é somente no século seguinte que a plantio de algodão veio a se intensificar e se expandir por toda a província cearense como elemento comerciável, devido a Guerra de Secessão (1861-1865), durante a qual os Estados Unidos deixaram de fornecer algodão para a Inglaterra, favorecendo a introdução do Ceará no mercado mundial como fornecedor daquele produto. A serra de Baturité aparece entre as principais regiões produtoras desse gênero agrícola. Mas, com o fim da guerra, os americanos voltaram a fornecer o produto para o mercado europeu, provocando uma diminuição na produção cearense. Essa retração nas exportações juntamente com as grandes secas ocorridas e o “desaparecimento do trabalho escravo” fizeram com que o cultivo de algodão se voltasse para o mercado local, não alcançando mais destaque na economia provincial. (GIRÃO, 1986, p. 146- 163).

Girão não traz dados específicos sobre a produção de algodão na serra de Baturité, o historiador apenas traz referências totais de toda a produção na província cearense que era exportada para o mercado externo. Porém, Rones Duarte (2012, p.113-114) em sua dissertação de mestrado intitulada *Natureza, Terra e Economia Agropastoril – Soure (CE): 1798-1860*, busca compreender os modos de vida de produtores agrícolas em Soure³ nos primeiros sessenta anos do século XIX e traz uma tabela mostrando a produção de algodão por freguesia cearense do ano de 1862. Conforme consta na tabela do autor, Baturité aparece com Acarape com uma quantidade de produção de algodão de 20:000 arrobas⁴. Pelos dados trazidos pelo autor, percebe-se que neste ano de 1862 houve uma alta produtividade de algodão na região do Maciço de Baturité.

Outro produto de grande destaque e cultivo na serra de Baturité alcançando seu auge também no século XIX foi o café. De acordo com Girão (1986, p. 165-168), o café teve sua introdução no Ceará em 1747, na serra da Meruoca, por iniciativa de José de Xerez Furnas Uchoa vindo posteriormente a se disseminar por todo o território cearense.

O café prosperou também em outras serras cearense como na Serra Grande, Araripe, Aratanha e Maranguape. Toda a produção era voltada para atender o mercado interno, somente após 1846 o café começou a ser exportado, chegando a superar em valores as exportações de algodão. Deixando bem claro que a região realmente era uma das maiores produtoras de café em comparação com as outras áreas que também cultivam o mesmo produto. (DUARTE, 2012, p. 118).

Além do algodão e do café, a cana-de-açúcar foi também outro produto bastante cultivado no território cearense. Porém, conforme Girão, aqui a produção de cana-de-açúcar não permitiu que se desenvolvesse uma aristocracia como em Pernambuco e Bahia os maiores produtores. Segundo o autor, no Ceará o cultivo era voltado principalmente para a fabricação de rapadura para consumo local. Sendo “afamadas” as rapaduras produzidas no Cariri, Tabuleiro e Serra Grande que chegaram a ser exportadas para estados vizinhos. (GIRÃO, 1986, p. 163-164).

³ O espaço que compreendia a Vila de Soure, nos séculos XVIII e XIX, atualmente faz parte dos territórios das cidades de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paracuru, municípios que compõem a região metropolitana de Fortaleza.

⁴ Ao buscar o Relatório citado observamos ter ocorrido uma troca dos dados de Baturité e Imperatriz, na hora da montagem da tabela. O valor correto para Baturité seria 17.000 arrobas e 20.000 arrobas para Imperatriz. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San' Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1863. Consultar: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/>>. Acesso dia 20/03/2016. Para a tabela em questão consultar o mesmo site: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000045.html>>, p.46. Acesso em: 20/03/2016.

Quanto a região do maciço de Baturité, o autor não chega a relatar especificamente sobre as quantidades da produção de cana-de-açúcar, contudo, pode-se subentender que em Acarape/Redenção houve uma continuidade do seu cultivo o que levou à instalação na área da primeira usina de açúcar cearense, no ano de 1929. (GIRÃO, 1986, p.165).

Em consulta ao relatório ⁵, apresentado em outubro de 1862 pelo Presidente de Província Cunha Junior, à Assembleia Provincial conseguimos encontrar uma tabela com dados na qual o Município de Baturité aparece com uma quantidade de produção de açúcar de 38.000 arrobas. Além disso, a tabela apresenta dados referente a produção de rapadura de 20.000 arrobas e aguardente 50.000 canadas ⁶, sendo produzidas em 92 engenhos de 92 estabelecimentos da região. Evidenciando que a cana-de-açúcar também era um produto bastante cultivado na região e havia um grande comércio de seus derivados, rapadura e aguardente.

Podemos compreender, então, que esses gêneros agrícolas foram bastantes produzidos no maciço de Baturité, contribuindo para o povoamento e economia da região. Uma economia dinâmica, a despeito de sucessivas crises climáticas, que explica as numerosas construções de Igrejas e prédios públicos, erguidos predominantemente no século XIX, que ainda hoje marcam as paisagens da região. O maciço de Baturité engloba uma área bastante extensa com cidades situadas entre vales e serras. Chamamos a atenção a partir de agora para uma dessas cidades, Redenção e para a atividade que mais se desenvolveu nesta região o cultivo de cana-de-açúcar e a produção de seus derivados como o açúcar e a aguardente.

1.3- A cidade de Redenção. As marcas da escravidão e invisibilidade do negro

De acordo com Vinicius Leal (1981, p.26), as primeiras sesmarias doadas na área de Redenção foram concedidas para Marcelino Gomes, em 1702, que recebeu uma sesmaria de três léguas de terras que começavam do poço Paracupeba e se estendia à Serra do Acará, anos

⁵ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San' Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1863. Consultar: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/>>. Acesso dia 20/03/2016. Para a tabela em questão consultar mesmo site: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000046.html>>, p. 47. Acesso em: 20/03/2016.

⁶ Canada – antiga unidade de medida portuguesa, utilizada antes do Sistema Internacional de Medidas, correspondendo aproximadamente a 1,5 litros. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Canada_\(medida\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Canada_(medida))>. Acesso em 20/03/2016.

mais tarde, em 1776, Pantaleão Ferreira de Castro se apossou da Serra do Cantagalo. Apesar dos dois colonizadores serem considerados os primeiros donos de terras, na área de Redenção, efetivamente foram os indígenas os primeiros habitantes da região.

Conforme Francisco Silva (2004, p. 25-26), a cidade de Redenção originou-se de um pequeno povoado que era distrito policial de Baturité, criado através do ato provincial de dezoito de março de 1842. Posteriormente, Francisco Inácio Marcondes, presidente da província cearense na época, sancionou e promulgou a Lei de número 1.255 de 28 de dezembro de 1868, pela qual desmembrava a região de Baturité e ao mesmo tempo elevava o povoado à categoria de vila, com o nome de Acarape que passou, a partir de então, a ser independente de Baturité.

No que se refere à origem e significado do nome Acarape, Silva esclarece:

As informações sobre a palavra Acarape são pouco esclarecedoras em relação à sua verdadeira origem. Segundo as interpretações do escritor cearense José de Alencar, Acarape significaria „caminho das garças” na língua tupi guarani, mas a etimologia da palavra indica também ser de origem indígena, mas, o significado de: „acará (peixe) e pe (caminho, Bcanal). Entretanto, apenas um dos dois significados deverá ser o correto, pois os vocábulos das duas interpretações significam coisas diferentes (SILVA, 2004, p. 25).

Pelo mencionado acima é difícil determinar o significado do nome Acarape, não sendo possível concluir quais dos dois significados é o mais correto.

Segundo Silva (2004, p. 15), a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi desmembrada na mesma época da emancipação da vila em 1868, tendo como primeiro pároco o padre Antônio André Lino da Costa, que tomou posse em 6 de fevereiro de 1870.

As condições naturais de Redenção, área situada entre vales e serras, com solo fértil, clima agradável e banhada pelo rio Pacoti, propiciaram o desenvolvimento da atividade canavieira na região, com a utilização da mão de obra escrava. (SILVA, 2004, p. 26).

Acarape passou a chamar-se Redenção pela lei provincial de número 2.167, de 17 de agosto de 1889, devido ter sido a primeira cidade no país a libertar seus escravos, isso cinco anos antes de ser decretada a Lei Áurea, pela Princesa Isabel, que extinguiu a escravidão em todo Brasil. O evento aconteceu em 1º de janeiro de 1883. Em referência a esse ato marcante na história da cidade, Redenção é chamada por um de seus filhos, o jornalista e professor Perboyle e Silva, de “Rosal da Liberdade”. (SILVA, 2004, p.15-16).

Em Redenção pode-se encontrar alguns monumentos que relembram a abolição dos escravos no município, como por exemplo, o monumento da Negra Nua inaugurado em 1968, localizada logo na entrada da cidade, o Obelisco inaugurado em 1933 em comemoração ao

cinquentenário da libertação dos escravos, situado na praça da Liberdade e o busto da Princesa Isabel, também inaugurado em 1933, localizado na Praça da Princesa Isabel, no centro da cidade. (SILVA, 2004, p. 17-18).

Quando observamos os monumentos históricos espalhados pela cidade de Redenção, nos vem à mente que esses testemunhos representam a presença escrava nessa região. Contudo, podemos perceber que são obras de uma elite econômica e política do município, cuja intenção não é fazer lembrar a libertação dos escravos, mas sim homenagear os “heróis abolicionistas” pela iniciativa e liderança no processo de libertação dos escravos na cidade. Janote Marques (2013), em seu artigo sobre a invisibilidade do negro na história do Ceará argumenta que com o passar dos anos a imagem dos abolicionistas foi sendo “cristalizada” por meio de discursos e artigos nos jornais empenhados em ressaltar “o carácter cívico, patriótico e glorioso” do movimento abolicionista no Ceará no ano de 1884. O jornal *O Libertador* é um exemplo, que noticiava com destaque os gestos de “solidariedade” dos abolicionistas na luta contra a extinção da escravidão na província cearense. Conforme o autor, “homenageava-se o civismo dos abolicionistas, as sociedades libertadoras, os políticos, mas não havia qualquer referência à atuação dos libertos na luta pela liberdade” (MARQUES, 2013, p.355), ou seja, não se reconhecia os escravos, libertos ou não, como sujeitos históricos atuantes no processo de abolição. Alex Ratts (2009), também compartilha da mesma visão sobre a invisibilidade do negro na história cearense. Segundo o autor “houve muito ufanismo em torno dos abolicionistas e a historiografia cearense tradicional pouco ressaltou a trajetória da população negra” (RATTS, 2009, p. 84). Tal discurso alinhado com os argumentos de intelectuais para quem o número de escravos na província era na época dos acontecimentos bastante pequeno, indicam a pouca importância atribuída ao negro na vida social cearense o que acabou influenciando na construção da invisibilidade do negro na história do Ceará. É mais comum ouvirmos narrativas sobre a origem do povo cearense vinculando-o aos indígenas, mas raramente as pessoas se reportam a uma ascendência negra. Tampouco se faz menção à contribuição cultural dos negros. Embora, Ratts (2009), aponte que, assim como os negros, os povos indígenas também são personagens invisibilizados na historiografia cearense.

Situação semelhante pode ser percebida em Redenção, pois assim como o negro foi invisibilizado na história do Ceará, o negro também é invisibilizado da história da cidade de Redenção. Nota-se que a história da abolição é motivo de orgulho, contudo, podemos verificar através dos monumentos históricos criados por uma elite econômica e política, um enaltecimento dos agentes que participaram do movimento de abolição, representados como

os principais protagonistas da história, eternizados na memória dos redencionistas, enquanto os escravizados e seus descendentes foram apagados da história.

Conforme Silva (2004, p.33-34), a produção de cana-de-açúcar na região possibilitou o surgimento de pequenos engenhos que fabricavam produtos derivados da cana-de-açúcar para o consumo local, atividades desenvolvidas pela a mão-de-obra escrava na região. Os primeiros engenhos devem ter sido tocados com força humana e animal, já os engenhos a vapor serão instalados no final do século XIX, produzindo ao longo das margens do rio Pacoti e na região do vale, a cachaça e na região de serras a rapadura.

Mas nem todos os negros que ocupam as diferentes regiões cearenses eram escravos. Estudos já comprovaram que a ocupação do Ceará foi marcada pela presença de negros e pardos livres, muitos deles trabalhando com a criação de gado e na condição de “agregados”. De acordo com Funes:

À medida que a ocupação do Ceará foi-se efetivando, consequência natural da frente de expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros e pardos, vindos de províncias vizinhas, na condição de vaqueiros. Trabalhando no sistema de quarta, ou como moradores e agregados junto às fazendas de criar. (FUNES, 2007, p.105)

Pelo exposto por Funes pode-se compreender que no Ceará nem todos os negros vivenciaram a mesma realidade dos escravizados da zona de produção açucareira ou cafeeira confinados em senzalas.

Essa situação, conforme o autor, é explicada pelo fato da pecuária, atividade que permitiu a ocupação dos sertões cearense, não demandar um número significativo de mão-de-obra. Além da criação do gado, outra atividade econômica que se desenvolveu na região foi a lavoura de algodão que, entretanto, não foi tão extensiva, não “configurando uma estrutura de plantation”. Ou seja, no Ceará não teve uma economia de exportação forte que pudesse sustentar um grande número de escravizados como acontecia nas outras províncias do Brasil, durante o período colonial e imperial. De acordo com o autor, estes acontecimentos explicam o fato da escravidão no Ceará ter sido considerada “pouco significativa” em comparação a outras áreas do Nordeste açucareiro e do Brasil. (FUNES, 2007, p.115). Mas se foi numericamente inferior, isto não significa que não tenha imprimido na cultura da sociedade cearense as mesmas deformações e os mesmos valores patriarcais que marcaram as sociedades escravocratas.

Leal (1981, p. 267), pesquisador da história do Maciço de Baturité transcreveu estatísticas do período colonial relativa à quantidade e origem dos escravizados nos primeiros

quarentas anos da Vila de Monte-Mor o Novo da América (atual Baturité). Segundo os registros constata a existência de 287 escravizados, destes 123 eram homens e 146 eram mulheres. Eram trazidos principalmente de Angola, Guiné e Costa da Mina e os nascidos no Brasil, vindos de outras províncias, também faziam parte e eram identificados conforme suas características: “mulatos, moleques, negrinhas, crioulos, cabrinhas, cabra, mulatinho, negro, crioulo gentio, molequinho, crioulinho, mameluca do gentio”. (LEAL, 1981, p.267).

O fato é que enquanto os trabalhadores voltados para a criação de gado no sertão cearense teoricamente eram “livres” e produziam pelo sistema de “quarta parte” ou viviam na condição de “agregados”. Em Acarape/Redenção, a produção de cana-de-açúcar usava até a abolição a mão-de-obra escravizada que não desfrutavam da relativa liberdade daqueles que trabalhavam na criação de gado, pois só vieram a ficar libertos com a abolição em 1883.

Edglan Ferreira (2015, p.20-21), em sua monografia sobre *o Ano da Abolição no Ceará* mostra uma tabela⁷ com dados sobre a população total, população livre e população escrava dos Municípios Cearenses do ano de 1872. O Município de Acarape aparece ocupando a posição de número 33 com uma população total de 11.865 habitantes, destes 11.725 eram livres e 140 eram escravos. Esses números indicam a quantidade de escravos que existiam na vila de Acarape na altura do processo de abolição.

Conforme Girão (1984), na edição do jornal “O Libertador”, destaca, a distribuição da população escrava no Ceará no ano da abolição no Estado que consistia na seguinte:

O Libertador de 1 de janeiro de 1884 registra como sendo de 31.516 a população escrava do Ceará, assim distribuída pelos diversos municípios: Fortaleza-Messejana, 1.273; Aracati-União (Jaguaruana), 1.159; Granja-Palma (Coreaú), 1.240; Acaraú, 440; Aquiraz, 449; Acarape (Redenção), 115; Assaré, 512; Barbalha-Missão Velha, 711; Baturité, 789; Canindé-Pentecoste, 516; Cascavel, 807; Crato, 835; Icó, 731; Ipu, 736; Imperatriz (Itapipoca), 882; Jardim, 446; Jaguaribe Cachoeira (Solonópole), 608; Limoeiro (do Norte), 608; Lavras, 768; Maranguape-Soure (Caucaia), 847; Maria Pereira (Mombaça), 438; Milagres, 586; Morada Nova, 367; Pedra Branca, 157; Pacatuba, 298; Pereiro, 465; Quixeramobim, 1.924; Quixadá, 298; S. Francisco (Itapajé), 427; S. Bernardo (Russas), 1.972; Santa Quitéria, 820; Santana do Acaraú, 941; São Mateus (Jucás), 499; Saboeiro-Brejo Seco (Brejo Santo), 1.130; São João do Príncipe (Tauá)-Arneirós, 1.956; S. Benedito-Ibiapina, 135; Telha (Iguatu), 251; Trairi, 249; Tamboril, 614; Viçosa (do Ceará), 323; Várzea Alegre, 153. (GIRÃO, 1984, p. 61-62).

⁷ Tabela com dados extraídos a partir do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, publicado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html?jsessionid=886d02f9aa0feb6ccaebffb6beaf>>. Acesso em: 25/03/2016. Obs: Para ter acesso aos dados é necessário fazer um cadastro no site.

Os dados acima nos permitem considerar que o número de escravos existentes em Redenção era relativamente pequeno quando comparado com outras cidades, aproximando-se aos das cidades onde este número era igualmente reduzido como S. Benedito-Ibiapina, 135 ou Várzea Alegre, 153. Entretanto, a comprovada existência de mão-de-obra escrava está inscrita nos engenhos da cidade e em outros documentos, mesmo que a forma como a história é contada procure invisibilizar sua presença. A abolição daqueles 115 indivíduos, certamente não significou para o momento uma grande perda para os proprietários que, por outro lado tiveram eternizada na história a sua pioneira contribuição para a extinção final daquela instituição.

1.4- Abolição em Redenção

Raimundo Girão (1984), historiador cearense em seu livro intitulado *A Abolição no Ceará*, relata a trajetória da abolição no Brasil e no Ceará. Conforme o historiador, a comercialização de escravos oriundos do continente africano era negócio altamente lucrativo. Durante muitos anos ingleses, franceses, flamengos, espanhóis, portugueses e o Brasil praticaram essa horrível comercialização. A igreja pouco se importou com a sujeição do africano tendo ficado indiferente em relação a tal comercialização, apesar de manifestar-se contra a escravização dos indígenas. Segundo o autor, por mais absurda que fosse tratava-se de uma atividade aceita na “mentalidade” das pessoas dessas nações na época. (GIRÃO, 1984, p. 19).

A libertação dos escravos foi sendo adiada e cada vez mais entravam africanos no país para ser escravizados. Segundo Girão (1984, p. 23-24), a Inglaterra já estava impaciente e para forçar o Brasil a emancipar seus escravizados criou altos impostos para dificultar a entrada de açúcar fabricado no Brasil por suor escravo. Além disso, para pressionar ainda mais, os ingleses também começaram a fiscalizar os barcos brasileiros vistoriando a carga de navios negreiros reprimindo para que não praticasse mais o tráfico de escravos. Em setembro de 1850 é assinada a Lei Eusébio de Queiroz que proibia de vez o tráfico de escravos para o Brasil. Era mais uma tentativa de pôr fim ao comércio de escravos e, apesar de ainda haver muito contrabando, a partir daí ocorre uma acentuada redução da entrada de africanos no Brasil.

Conforme Girão (1984, p. 27-43), embora a lei de Lei Eusébio de Queiroz fosse rigorosa quanto à entrada de novos trabalhadores, não alterou o regime de trabalho e a escravidão continuou existindo. Os escravocratas, principalmente a aristocracia cafeeira,

resistiam para não emancipar o elemento servil, visto que a economia do país estava alicerçada na mão-de-obra escrava. Posteriormente, em 28 de setembro de 1871 foi decretada, pela princesa Isabel, a lei de número 2040, conhecida como a Lei do Ventre Livre, que estabelecia que todos os nascidos de mãe escrava seriam considerados livres a partir da data da lei. Com essa lei buscavam novamente libertar os cativos do país, de forma gradual.

No que se refere à abolição no Ceará, de acordo com Girão (1984, p. 63), no Ceará, uma Resolução de número 1.254 de 28 de dezembro de 1868, sancionada durante o governo de Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, “autorizava o Executivo a despender a quantia de quinze contos de réis (15:000\$)” para a emancipação de escravizados que forem nascendo e de preferência do sexo feminino. Sendo que essa quantia seria distribuída para várias comarcas da província cearense. Estas eram as maneiras pela qual os escravizados ganhavam sua liberdade na província cearense antes da formação dos grupos abolicionistas.

Conforme Girão (1984, p.71-73), a seca que durou três anos (1877-1879) na província cearense causou grande sofrimento para a população. A fome, a peste e a desordem se alastraram pela província. As doenças como varíola e beribéri matavam milhares de pessoas superlotando os cemitérios da cidade de Fortaleza. Nesta situação desoladora, os fazendeiros da província se viam obrigados a vender seu último recurso: os escravizados que eram vendidos para os cafezais do Sul do Império.

Girão (1984) argumenta que é diante desse cenário de dificuldades que surge no Ceará as sociedades abolicionistas. Formados por jovens que se uniram em sociedades cuja finalidade era de arrecadar dinheiro destinado a manumissão de escravos.

Segundo Funes (2007 p. 129), o movimento abolicionista era um movimento que avançava por todo o país. Era um movimento “calcado no espírito do liberalismo” em que a escravidão era considerada como um “entrave à modernidade”. Este era o pensamento que os abolicionistas tinham na época com relação a escravidão, enxergavam como um obstáculo ao desenvolvimento do país, motivo para acabá-la em todo o território nacional.

No Ceará quando o navio “Espírito Santo” se preparava para receber certo número de escravos, que seriam trasladados para outras regiões. Na hora do embarque mais de mil e quinhentas pessoas compareceram na praia e gritaram: “No porto do Ceará não se embarca mais escravos.” Apoiavam a greve dos jangadeiros, que se recusavam a utilizar jangadas para transportar escravos para os navios que os levariam para as fazendas de café do Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse movimento dos jangadeiros ganhou destaque Chico da Matilde, que na verdade se chamava Francisco José do Nascimento, posteriormente conhecido como Dragão do Mar.

Outras sociedades abolicionistas também tiveram destaque na capital cearense como: o Centro Abolicionista (1882), o Clube dos Libertos (1882) e a Sociedade das Cearenses Libertadoras (1883), esta última formada por mulheres cearense que também lutavam pela causa abolicionista. Eram sociedades que lutavam pelo fim da escravidão na província dentro da “legalidade”, sendo que no interior também surgem modelos similares, como a Sociedade Redentora Acarapense (1882) e a Libertadora Artística Acarapense (1882), ambas de Redenção. (GIRÃO, 1984, p. 151-152).

Segundo Francisco Silva (2004, p.16), a Sociedade Redentora Acarapense foi fundada em 8 de dezembro de 1882 e era composta pelos abolicionistas Gil Ferreira Gomes, Antônio da Silva Ramos, Henrique Pinheiro Teixeira, Gomes Carneiro, Padre Luís Bezerra da Rocha e Deocleciano Ribeiro de Menezes, personalidades que “assumiram a vanguarda da luta libertária” em Redenção.

Sobre a libertação dos cativos em Redenção, Girão (1984, p.145-146), relata que no final do ano de 1882, reuniram-se em Fortaleza os membros da Sociedade Libertadora Cearense e membros dos demais grupos abolicionistas que prepararam uma subscrição para arrecadar fundos “em favor da liberdade dos escravos que restam naquela florescente vila, destinado a ser o primeiro município livre da Província e do Império.” Na ata do referido encontro constam registradas diversas assinaturas com as doações que fizeram Acarape tornar-se o primeiro município no Brasil a libertar os seus escravizados.

No que se refere à escolha da vila de Acarape para dar início a libertação dos escravizados, Girão aponta:

Acarape havia sido escolhida para início das libertações coletivas pela sua relativa proximidade da Capital e facilidade dos transportes, por estrada de ferro, e porque era o município em que restava o menor número de cativos a alforriar. (GIRÃO, 1984, p. 147)

Edglan Ferreira (2015), aponta outro motivo para o fato de Acarape ter sido escolhida para ser a primeira no Brasil a libertar seus escravos. Além do fato de possuir um número pequeno de escravos, apontado por Girão, Ferreira considera que esse baixo percentual de escravos na vila sugere a “pouca importância da escravidão na economia local”. (FERREIRA, 2015, p. 25).

O grande acontecimento ocorreu no dia 1º de janeiro de 1883, quando chegam na Vila de Acarape (hoje Redenção), os membros da Sociedade Libertadora para presenciar a alforria dos escravos, ato que contou com a presença de membros ilustres da época como General Tibúrcio, José Liberato Barroso, José do Patrocínio, Padre Silveira Guerra e Justiniano de

Serpa. No final do dia, após vários discursos, os escravizados da vila de Acarape foram libertados. (GIRÃO, 1984, p. 159- 164).

Anos depois a vila de Acarape passou a chamar-se Redenção (devido ao ato histórico de abolição dos escravos), tendo sido elevada à categoria de cidade, por meio da lei provincial de número 2.167 de 1889. (GIRÃO, 1984, p.159).

Segundo Girão (1984, p.169-174), o mesmo ato realizado em Acarape (Redenção) foi sendo reproduzido em outros municípios cearenses. No dia 2 de fevereiro foi a vez de Pacatuba; seguido por Aracoiaba no dia 4 de março; Baturité e Icó no dia 25; Tauá no dia 25 de abril; Maranguape e Messejana no dia 20 de maio; e Aquiraz no dia 23.

Edglan Ferreira (2015), nota que os municípios que participaram da “primeira onda de emancipações” no ano de 1883, iniciado em Acarape e depois reproduzido nas demais vilas cearenses, eram “locais em que havia em geral poucos escravos e em que a população escrava era pouco ou muito pouco importante no conjunto da população”. Pode-se entender a partir daqui que as emancipações foram acontecendo nos municípios que possuíam um número muito pequeno de escravos. Depois, ainda conforme Ferreira, veio a “segunda onda de emancipações”, quando os municípios que aderiram tinham uma maior quantidade de escravos, sendo maior a porcentagem de população escrava sobre a população total, indicando uma “maior dependência econômica da mão de obra escrava” nesses locais. (FERREIRA, 2015, p. 28).

A abolição dos escravizados na capital cearense, conforme Girão (1984, p.179-186), ocorreu no dia 24 de maio de 1883, data escolhida para a libertação total dos escravos na Província. Segundo o historiador, a data ficou marcada através do quadro “Fortaleza Liberta” do pintor cearense José Irineu de Sousa, que tentou reproduzir em uma moldura com as medidas 2,65x 2,56 o ambiente festivo do dia da alforria dos escravos. A província cearense foi denominada pelo abolicionista José do Patrocínio como “terra da luz”, devido a seu pioneirismo na libertação dos escravizados em relação às outras províncias do país.

Carlos Rafael Caxilé (2009), em seu artigo analisa o processo de abolição dos escravos na província cearense. Segundo o autor, nos trabalhos escritos sobre esse tema em grande parte é possível perceber uma exaltação da atuação dos abolicionistas e das sociedades libertadoras. Caxilé (2009), aponta que partir da segunda metade do século XIX, a província cearense passou por transformações sociais, políticas e econômicas, e neste contexto surgiram as primeiras sociedades abolicionistas do Ceará. Mas, destaca que, quando essas sociedades abolicionistas surgiram o sistema escravista cearense já estava bastante “desgastado” e aponta alguns elementos importantes como: as constantes secas, que forçaram os fazendeiros da

província a venderem seu único recurso que lhes restavam: os escravos, intensificando assim o tráfico interprovincial, na qual a província exportou um número considerado de cativos para o sul do império. Com a eclosão da Guerra do Paraguai, senhores quando eram sorteados para o serviço militar, acabavam libertando seus escravos e os mandavam em seu lugar. Dessa maneira, o número de alforriados cresceu significativamente. O sancionamento da resolução de número 1. 254 de 1870, na qual estabelecia a quantia de quinze contos de réis para a libertação de escravos, foi responsável pela alforria de um número significativo de escravos na província. A instituição de outra resolução de lei número 2.040 de 1871, na qual destinava as províncias um fundo de emancipação oriundo de impostos vindos da venda e transferência de escravos, no Ceará, foi utilizada para a compra de alforria de escravos, embora considerado uma pequena quantidade e maior parte do sexo feminino.

Conforme Caxilé (2009), toda a glória é dada aos abolicionistas cearenses na luta pela abolição dos escravizados. Mas, o autor destaca que os abolicionistas não estavam preocupados com o elemento servil, eles buscavam a abolição dos cativos porque tinham em mente valores como “progresso e modernidade” e enxergavam na escravidão um entrave para a constituição de uma sociedade baseada nestes valores. E não porque eram “humanitários” e se preocupavam e se solidarizavam com a condição dos escravizados como se é retratado na historiografia.

Observa-se, assim, que para muitos autores a abolição só ocorre antecipadamente no Ceará em decorrência de sucessivas crises econômicas e da redução gradativa do número de escravos empregados nas fazendas. O alento feito atribuído à elite cearense, de ter sido pioneira na emancipação dos escravos, tornou-se, com o passar do tempo, mais um discurso de enaltecimento desta mesma elite. Foram reduzidos os indivíduos que efetivamente lutaram contra a escravidão, mas a história narrada transformou o Ceará na “terra da luz” glorificando os abolicionistas e esquecendo-se daqueles que haviam sofrido a escravidão, tornando-os invisíveis para a história.

CAPÍTULO 2- OS ENGENHOS DE REDENÇÃO

Nesta segunda parte do trabalho pretendemos tratar dos engenhos e da produção de aguardente na região de Redenção. Buscaremos introduzir os dados obtidos a partir de pesquisas bibliográficas sobre os engenhos de aguardentes e, ainda, descrever e analisar os rótulos de algumas das cachaças fabricadas na região.

2.1- Cachaça Douradinha, o engenho pioneiro

Pesquisar sobre esses engenhos e as cachaças é uma tarefa árdua por tratar-se de uma presença ausente, isto é, existem as marcas dos velhos engenhos e das antigas cachaças produzidas na cidade, mas pouco se sabe de sua história. Trata-se de uma história deixada um pouco de lado, pois o que predomina na memória dos redencionistas são os acontecimentos em torno da abolição da escravidão na região e, recentemente, sobre a criação da UNILAB.

O que se sabe inicialmente sobre os engenhos é que apenas um permaneceu e ainda continua produzindo, até os dias de hoje, uma cachaça famosa na região de Redenção. O “engenho da Douradinha” como é chamado faz parte do sítio Livramento propriedade que fica situada logo na entrada da cidade de Redenção, no sentido de quem vai para Fortaleza em frente ao campus da Liberdade pertencente à UNILAB, as margens da CE 060.

Decidimos iniciar a pesquisa buscando informações desse engenho da Douradinha e depois partir na procura dos demais. Na propriedade onde fica o engenho também funciona o Museu Senzala Negro Liberto, constituído por uma casa-grande e senzala e plantação de cana-de-açúcar. Nossa intenção era conversar com o dono do museu e do engenho para que ele nos contasse um pouco da história e o segredo de se produzir por tanto tempo uma aguardente enquanto as outras deixaram de ser produzidas. Contudo, apesar de várias tentativas não conseguimos conversar com ninguém dessa família e tivemos que nos contentar com os dados repassados pelo guia do museu que acompanha e apresenta todo o local. Pudemos assim, durante as visitas, coletar algumas informações.

Dos documentos expostos no museu alguns referem-se às escrituras de terras com os nomes de alguns donos da propriedade. Conforme consta nesses documentos e na narrativa contada, o primeiro proprietário foi um português chamado Simeão Teles de Menezes, à quem é atribuída a libertação dos escravos que existia na propriedade. Posteriormente as terras teriam sido vendidas para o Coronel Juvenal de Carvalho que, por fim, vendeu a fazenda para

o senhor Gaudioso Bezerra de Lima. A partir de então a propriedade não foi mais vendida permanecendo na família até chegar, atualmente, na quinta geração⁸.

A casa-grande e senzala ainda mantêm conservada sua arquitetura colonial com uma vasta extensão de terras e plantação canavieira. Segundo o guia, o casarão com a senzala abaixo dela, uma rara característica arquitetônica dos engenhos brasileiros, foi construído ainda no século XVIII (infelizmente o guia do museu não soube nos informar a data precisa da construção da casa e também não soube nos informar se a casa passou por reformas). Antes de entrar na casa-grande somos conduzidos a conhecer antigas peças de máquinas desativadas.

As primeiras peças apresentadas são as pedras chamadas de “pedras mó”⁹ que conforme o guia era utilizada na época dos escravos para extrair o caldo da cana-de-açúcar. Outra máquina exposta foi trazida da Inglaterra (movida a vapor) no ano de 1913 e funcionou por pouco tempo, apenas durante 14 anos, por apresentar dois problemas, segundo o guia, o primeiro motivo que fez com que essa máquina fosse desativada teria sido a pouca extração de caldo de cana, o segundo motivo está associado à ocorrência de acidentes frequentes. Segundo o guia conta, os trabalhadores tinham que empurrar a cana de um lado para o outro da máquina, muitas vezes por “descuido” o funcionário ficava com o braço preso e para não perder a vida tinham que trabalhar com um facão ao lado e cortar o próprio braço quando o problema ocorresse.

Somos levados pelo guia para outro engenho um pouco afastado dos demais que teria substituído o engenho trazido da Inglaterra. Esse engenho um pouco maior teria vindo da Escócia no ano de 1927. O guia nos dá algumas explicações sobre o funcionamento dessa máquina. Segundo ele, a máquina é movida 80% a vapor (utiliza o bagaço da cana como combustível) e 20% a energia elétrica. Funciona durante seis meses do ano de (agosto a janeiro), e também fica parada durante seis meses de (fevereiro a julho) para manutenção. A máquina tem capacidade de produzir diariamente de 8 a 15 mil litros de caldo de cana. Ao lado do engenho existe uma chaminé com cerca de 50 metros de altura por onde sai toda a

⁸ O atual proprietário é o senhor Hipólito Rodrigues de Paula Filho, senhor Potinho como é conhecido na cidade. Contudo é possível encontrar diversos sites onde o nome do proprietário do Engenho Livramento seria da família Muniz Rodriguez. Conferir: <http://www.alzenir.de/a_php/tour.php?sprache=br&kid=3723&sid=2804149>. Acesso em: 29/03/2016.

⁹ Pedras mó - pedras redondas, planas e pesadas que justapostas formam uma espécie de moinho que tritura grãos reduzindo a farinha. Conferir informações em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%B3>>. Acesso em: 29/03/2016.

fumaça produzida pelo engenho. É nesse engenho onde, ainda hoje, é fabricada a aguardente Douradinha.

O guia também mostra alguns canos pretos de pvc que ligam o engenho aos recipientes chamados de “dornolas” explicando como funciona o processo de produção da aguardente Douradinha. Segundo ele, os canos servem para levar o caldo da cana para dentro das “dornolas”, que são tanques grandes e dentro desse recipiente acontece o processo de fermentação na qual o caldo da cana fica azedo. Essa fermentação ocorre no prazo de 24 horas, passando esse processo o caldo já fermentado é levado para o alambique onde é aquecido e, finalmente, transforma-se na cachaça.

Ao sermos levados para conhecer a parte interna da casa-grande, logo observamos que o piso da casa é de madeira e que possui falhas. A justificativa para as falhas no piso é que facilitaria a observação dos escravos na senzala. Na casa o único cômodo que não possui brechas é o quarto do senhor de engenho e de sua esposa como forma de preservar a “intimidade do casal”.

Somos conduzidos até uma sala com alguns documentos em exibição entre eles registros de compra de terras, escritos com canetas de penas de pavão, com os nomes dos primeiros proprietários mencionados anteriormente registrados no Cartório de Pacatuba. O guia conta que na época dos escravos a fazenda possuía 100 hectares de terras. Na época que o Coronel Juvenal de Carvalho adquiriu a propriedade, os terrenos vizinhos foram comprados, aumentando a área que passou a ter 524 hectares de terra, sendo que hoje ainda é plantada cana-de-açúcar.

Em outra sala da casa estão expostos alguns objetos de tortura da época da escravidão como: uma gargalheira, uma algema, um instrumento chamado de “viramundo” que servia para prender as mãos e os pés do escravo ao mesmo tempo e, junto a eles, um aparelho odontológico.

Ainda nesta mesma sala nos é apresentada a história da escrava Anastácia. Segundo a narrativa do guia “conta-se” que Anastácia era uma jovem escrava do Rio de Janeiro que era muito bonita e tinha os olhos azuis. Sua beleza despertou o interesse de seu dono, mas Anastácia resistia aos abusos de seu senhor e em uma das vezes que foi submetida a um castigo por seu senhor morreu, era muito jovem entre 15 a 18 anos de idade. Em decorrência desses fatos alguns “católicos” a cultuam como santa e dizem terem suas graças alcançadas. Contudo, de acordo com o narrador a história da escrava não possui existência comprovada.

Em outro ambiente o guia nos mostra as cachaças expostas em cima de uma mesa que são produzidas na fazenda como a Douradinha lançada, em 1873, a Cearense, lançada em 2003 e a Douradinha Exportação, lançada em 2004. Essas aguardentes são exportadas para países como a Alemanha, Áustria e Itália.

No caminho para irmos para a senzala somos informados que os escravos iniciavam e encerravam suas atividades diárias ao toque de um sino que badalava às 5 horas da manhã e às 6 horas da tarde sem intervalo para almoço. Além disso, o trabalho escravo era estimulado pelo consumo de cachaça, antes que os escravos começassem a trabalhar recebiam como “café da manhã uma dose de cachaça”. Segundo o guia com isso os escravos “ficavam mais alegres e menos preguiçosos”.

Ao chegarmos ao que seria a senzala abaixo da casa-grande nos deparamos com um ambiente de teto baixo, com pouca ventilação, úmido e muito escuro. O guia nos conta que era neste espaço que homens, mulheres e crianças escravizadas viviam e tinham que conviver também com seus próprios dejetos fisiológicos, pois como na senzala não tinha banheiro muitas vezes os escravos chegavam a dormir sobre o dejetos do outro.

No percurso pela senzala somos informados que os escravizados eram submetidos a várias formas de castigos. Conforme o guia, um dos castigos que eram aplicados nos cativos como forma de punição era chamada de “castigo novena” em que o escravizado castigado era chicoteado durante nove noites. O guia também nos mostra o “quarto solitário” um espaço muito apertado com a porta repleta de pregos em que eram colocados os escravos que tentavam fugir.

Por fim somos conduzidos até o quarto das mucamas. Conforme o guia, viviam na época da escravidão de 6 a 8 escravas neste espaço, eram as mais jovens e bonitas que desfrutavam de certo conforto em relação aos demais, eram escolhidas para trabalhar na casa-grande, sendo que as mesmas serviam sexualmente ao seu senhor. Sendo que quando a senhora descobria a traição as escravas eram imediatamente punidas chegando até mesmo a perderem a vida. Ainda neste espaço encontramos nas paredes ilustrações recentes de orixás, as entidades africanas do candomblé que, segundo o guia, era a religião dos escravos que viviam ali. O guia explica a presença da religião a partir da explicação mais conhecida entre interessados no assunto: para poderem praticar sua religião que era proibida na época os escravos associaram os deuses orixás aos santos católicos o que ficou conhecido como “sincretismo religioso”.

O que se percebe na história recontada no museu pelos guias é que, por um lado há uma tentativa de mostrar o lado bárbaro da escravidão; por outro lado, as estórias não

correspondem à totalidade da vida dos escravos que provavelmente construíram uma vida nessas senzalas e nela criaram suas famílias e reproduziram sua cultura. O destaque exclusivo do lado violento da escravidão conta apenas um aspecto da vida daquelas pessoas escravizadas. Podemos concluir que os escravos foram retratados apenas como personagens secundários, pois o foco principal é a história da produção da cachaça.

Essas foram algumas das informações que pudemos coletar do Museu Senzala Negro Liberto. Entretanto, as narrativas repassadas pelo guia, sobre os objetos expostos, a casa-grande e senzala, e sobre diversos acontecimentos relacionados aos escravos são histórias cuja autenticidade pode ser questionada por serem controversas e, provavelmente, por se tratar de uma reinvenção familiar dos acontecimentos, sem preocupação com a fundamentação histórica e sem ênfase nos participantes escravizados enquanto agentes de tal processo. De certa forma essa narrativa vem corroborar o que já afirmamos no capítulo anterior sobre o tratamento dispensado à comunidade negra e a seus ancestrais escravizados.

Mas não pretendemos discutir neste tópico a veracidade dessas histórias repassadas ali, já que nosso foco principal neste capítulo é a história dos engenhos da região e a produção de aguardente. Fez-se necessário conhecer um pouco sobre esse museu devido o engenho que produz a cachaça Douradinha também fazer parte dele.

2.2- O engenho, a cachaça e os rótulos. A história que eles nos contam.

Neste tópico pretendemos examinar os elementos que estão disponíveis e podem oferecer muitas informações sobre a história da sociedade redencionista: os engenhos, as cachaças, os rótulos e suas histórias. São poucas as pesquisas referentes ao tema, como são praticamente inexistentes livros sobre a história da cidade de Redenção. Contudo, conseguimos encontrar alguns materiais (que não tratam especificamente da história dos engenhos) e coletar algumas informações que, esperamos, venham a contribuir para sanar algumas dessas lacunas, particularmente em relação a existência dos engenhos que produziam cachaças na região.

No Catálogo *Africana e Cearensidade* (2011, p. 24-25), podemos encontrar nos rótulos das cachaças algumas informações como: o nome do sítio, o nome do proprietário e em alguns o nome dos engenhos que existiam na região de Redenção/Acarape e que produziam aguardentes. Além do engenho do Sítio Livramento, de propriedade da família de Gaudioso Bezerra Lima, constam outros que organizamos na tabela abaixo:

Engenho	Proprietário	Cachaça
Engenho do Sítio Monte Agrassa	Família de José Duarte Franco	P.O.J
Engenho do Sítio São Sebastião	Família de Valdemar José Bezerra	Triunfo
Engenho do Sítio Diamante	Família de Adolfo Ferreira de Souza/ Adalberto Ferreira de Souza Filho	Princesa do Norte, Redenção, Redenção Extra
Engenho do Sítio Itaquiassu	Família de Adolfo Ferreira de Souza/Adalberto Ferreira de Souza Filho	Flor de Redenção
Engenho do Sítio São José	Família de Aluísio de Andrade Bonfim	Ressurreição
Engenho do Sítio Califórnia	Família de Edísio Meira	Especial Pé de Tonel/ Especial Extra Pé de Tonel
Engenho do Sítio Salgado	Família de João de Queiroz	Paracupeba
Engenho do Sítio Barra Nova	Família de Miguel Ângelo Russo	Falcão do Vale
Engenho em Acarape (não consta o nome do sítio)	Família de Francelino Bastos Bonfim	Dagogueira
Engenho em Acarape (não consta o nome do sítio)	Família de José Costa	Madeira de Lei
Engenho do Sítio Livramento	Família de Bezerra & Filho	Princeza

Fonte: Tabela construída a partir de dados obtidos do Catálogo Africana e Cearensidade, 2011, p.24-25.

Diante disso podemos ter uma ideia da quantidade de engenhos que existiam na região de Acarape/Redenção, em um passado recente que tinham como produto principal a fabricação de aguardente. Podemos perceber também que havia uma intensa plantação de cana-de-açúcar na região, elemento essencial para a fabricação de cachaça.

Francisco Rodrigues da Silva (2004), em seu livro intitulado *Redenção. Palco dos Primeiros Abolicionistas do Brasil, Berço da Educadora Maria Helena Russo*, nos traz algumas informações no que se refere aos engenhos e a produção de cachaça na região de

Redenção/Acarape. Juntando essas informações buscamos compreender um pouco mais sobre período.

Conforme Silva (2004, p.62-63), foi com a chegada de Miguel Ângelo Russo em 1892, imigrante italiano da cidade de Tórtara que tem início a montagem de alambiques para os engenhos da região de Redenção/Acarape. Podemos encontrar aqui uma contradição, pois de acordo com os dados do Relatório¹⁰ do Presidente de Província do Ceará de 1862, o Município de Baturité aparece na tabela com uma produção de 50 mil canadas de aguardente, fica a pergunta será que nada vinha de Redenção? Certamente, acreditamos que sim, visto que pelo histórico da cidade de Redenção, a vila que deu origem a cidade Redenção só veio a se emancipar de Baturité no ano de 1868. O que nos leva a compreender que muito antes da chegada desse imigrante já havia uma produção de aguardente. O que deve ter acontecido é que este imigrante deve ter introduzido um tipo de alambique o qual Silva (2004) não especifica, mas que supomos deva ter sido um tipo de alambique mais moderno e produtivo.

Segundo o autor seguidamente outras famílias ricas da região também foram se dedicando a produção de cachaça de alambiques. Silva afirma que:

Até a década de sessenta, funcionava em Redenção, fabricando aguardente, os engenhos dos seguintes proprietários: João Queiroz na Paracupeba, Adolfo Ferreira no sítio Diamante, Valdemar Bezerra e Victor de Paula no Outeiro, José Duarte e Vicente Bonfim nas proximidades da cidade de Redenção, José Neves de Castro, no distrito de Acarape, Edisio Meira, na localidade de Boa Fé e Bezerra Lima, no sítio Livramento, o único em funcionamento até hoje, e onde ainda podemos encontrar, em local preservado, uma senzala e antigas construções do tempo da escravatura. Os engenhos que fabricavam rapadura situavam-se nas serras, ou mais precisamente na localidade de Gurguri, Olho D'água do Constantino, e distrito de Guassi. Das indústrias citadas acima, apenas uma se manteve em funcionamento até os dias de hoje. (SILVA, 2004, p. 35).

No trecho acima Silva (2004) nos dá exemplo de alguns engenhos que até a década de mil novecentos e sessenta funcionavam fabricando aguardente. Além disso, o autor relata também que existiam engenhos na serra que produziam rapadura. E de todos esses o engenho do Sítio Livramento foi o único que veio a permanecer.

¹⁰ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San' Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1863. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/> >. Acesso em: 29/03/2016. Para a tabela em questão consultar: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/189/000046.html>>, p. 47. Acesso em: 29/03/2016.

Maria Escolástica da Mata (2011, p.45), em seu livro denominado *Memórias do Município de Acarape: histórias, lendas e causos*, em que conta a história da cidade de Acarape, afirma que a produção de cachaça nos engenhos da região tornou a região de Acarape/Redenção conhecida como “a terra da cachaça”. Essa denominação confirma a ideia de que a produção de aguardente na região era relativamente grande.

Mata (2011), também afirma que, além da produção de aguardente, foi instalada uma usina para fabricação de açúcar em 1929. Conforme a autora, a usina de açúcar de Redenção/Acarape foi a primeira açucareira do estado do Ceará e era denominada de Açucareira Cearense S.A “CESUSCAR”, mais conhecida como Usina Cariri. Seu primeiro proprietário foi o senhor Gradivon, que posteriormente a vendeu para os irmãos Dr. José Visnevsky e Dr. Jackson Visnevsky. A usina tornou-se uma grande fonte de trabalho para os que viviam na região e também para pessoas que vinham de outros estados em busca de emprego. No ano de 1945, os irmãos venderam a Usina para o Dr. Ubirajara Mindêllo que além do açúcar extraía também da cana o melaço e a cachaça chamada de “Cavalo Preto”. Em 1984, a Usina foi novamente vendida para o Dr. José Cirino Murilo Nogueira que pouco tempo depois anunciou a falência da Usina, que foi mais uma vez vendida, dessa vez para o Dr. Everaldo Ferreira Teles proprietário da Empresa Ypióca, no ano de 1986, e a partir de então fechou suas portas definitivamente. (MATA, 2011, p.46-47).

Pelo o que a autora relata podemos ter uma ideia que em Redenção/Acarape o cultivo de cana-de-açúcar era voltado para a fabricação de aguardente e, durante algum tempo, à produção de açúcar. Essas atividades possivelmente empregavam um grande número de pessoas da região.

Silva (2004) menciona que em certo período a cidade de Redenção apresentou sinais de certo crescimento econômico que, entretanto, foi interrompido. De acordo com o autor:

Na década de 70, o Município deu sinais de certo crescimento econômico com a instalação de agências e postos de bancos, o Bancesa, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, além de lojas de eletrodomésticos, mas, faltou continuidade nas ações político administrativas que garantisse um desenvolvimento sustentável. (SILVA, 2004, p.28).

Percebe-se pela citação acima, que durante a época de produção de aguardente a economia do município de Redenção girava em torno dessa atividade e a cidade dava sinais de crescimento com a instalação de bancos e agências. Mas com a falência dessas indústrias de produção de cachaça todo o sistema econômico foi afetado.

Para o autor a estagnação da cidade, e em particular do município de Redenção, é consequência de uma economia que fora sempre dependente do sistema agroindustrial,



implantado desde a sua origem, na qual a cana-de-açúcar era a principal fonte de renda de investidores e de emprego da maioria da população. Com a decadência desse sistema, o comércio declinou na mesma proporção e a cidade ficou atrofiada não conseguindo mais prosperar. (SILVA, 2004, p. 27).

Silva (2004, p. 20-30), atribui à falência da agroindústria de Redenção a falta de atenção da administração pública local, juntamente com as crises econômicas que abalaram o país no setor da agroindústria nesta época. Restando dos engenhos apenas ruínas de antigas construções de “um passado que parecia ter um futuro próspero para a economia da região”.

De acordo com Silva (2004, p.18), com a decadência da cana-de-açúcar que resultou no fechamento dos engenhos que fabricavam aguardente e da usina de açúcar alguns donos de engenhos dedicaram-se para outras atividades como o cultivo de banana sendo toda a produção escoada para a Central de Abastecimento (CEASA), em Fortaleza.

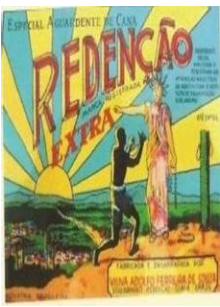

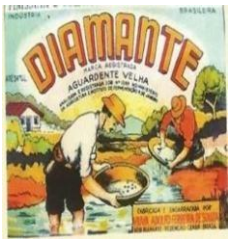

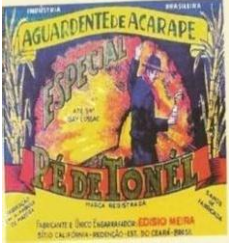
Não poderíamos esquecer de mencionar os rótulos das cachaças produzidas na região de Redenção/Acarape. Também no Catálogo Africana e Cearensidade (2011, p.24-25), encontramos um total de 16 rótulos de aguardentes, essa quantidade de rótulos impressiona muito, pois mostra a variedade de cachaças produzidas na região.

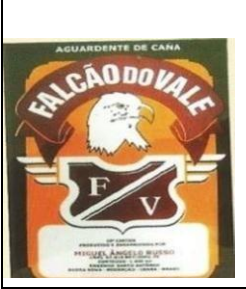
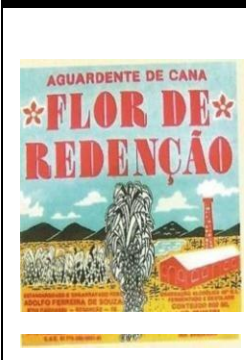
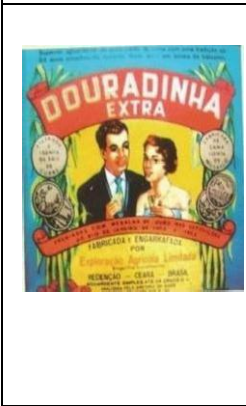
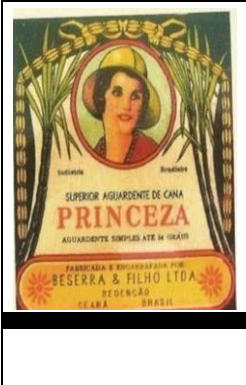
Na tabela abaixo procuramos fazer uma descrição mais detalhadas dos rótulos de cada aguardente encontrada no Catálogo Africana e Cearensidade (2011, p. 24-25).

Rótulo	Nome do fabricante/ local onde era produzido	Descrição do rótulo da cachaça
	José Duarte Franco/ Sítio Monte Agrassa - Redenção	Imagem de uma mulher branca com um chapéu na cabeça vestida com uma camisa azul clara de mangas compridas. Ela segura em uma das mãos feixes de cana-de-açúcar e na outra uma taça de bebida. Ao fundo da imagem é possível ver um engenho com a chaminé soltando fumaça e um canavial.
	Francelino Bastos Bonfim/Acarape	Imagem de um engenho com uma chaminé e ao fundo uma planície verde.

	<p>Valdemar José Bezerra/ Sítio São Sebastião - Redenção</p>	<p>Imagem com um quadrado azul com um círculo no centro amarelo arrematado por uma dupla linha circular em azul e vermelho. No centro do círculo consta o nome da cachaça e acima do nome um desenho de uma coroa.</p>
	<p>Adalberto Ferreira de Souza Filho/ Sítio Diamante – Redenção¹¹</p>	<p>Imagem de uma praia com duas jangadas, sendo uma está mais em destaque. Há também uma choupana, um coqueiro e o mar.</p>
	<p>Aluísio de Andrade Bonfim/ Sítio São José - Acarape</p>	<p>Imagem de um engenho com duas chaminés, sendo que um está mais em destaque que o outro e ao redor do engenho um canavial.</p>
	<p>Adalberto Ferreira de Souza Filho/ Sítio Diamante - Redenção</p>	<p>Imagem com uma mulher aparentemente libertando um escravo. Ela tem uma espécie de coroa na cabeça, na mão esquerda uma corrente e com a mão direita ela aponta para o horizonte possivelmente indicando a liberdade, atrás dela há um pelourinho, na sua frente um escravo que está agachado. E ao fundo tem uma cidade e o nascer do sol.</p>
	<p>Edísio Meira/ Sítio Califórnia- Redenção</p>	<p>Imagem com um homem de terno e chapéu, com um copo na mão pegando bebida uma torneira nos dois lados da imagem tem feixes de cana-de-açúcar.</p>

¹¹ As aguardentes Princesa do Norte, Redenção, Redenção Extra, Diamante e Flor de Redenção pertencem a família de Adolfo Ferreira de Souza.

	<p>Viúva de Adolfo Ferreira de Souza/ Sítio Diamante Redenção</p>	<p>Imagem com uma mulher aparentemente libertando um escravo. Ela tem uma espécie de coroa na cabeça, na mão esquerda uma corrente e com a mão direita ela aponta para o horizonte, atrás dela há um pelourinho, na sua frente um escravo agachado. E ao fundo tem uma cidade com raios solares bem destacados.</p>
	<p>José Costa/ Acarape</p>	<p>Imagem do Obelisco de Redenção e nos dois lados feixes de cana- de- açúcar.</p>
	<p>Adolfo Ferreira de Souza/ Sítio Diamante Redenção</p>	<p>Imagem com dois homens de chapéu com peneiras nas mãos garimpando dentro de um rio. Ao fundo tem uma casa, talvez um engenho, e árvores.</p>
	<p>João A. de Queiroz/ Sítio Salgado -Redenção</p>	<p>Imagem com uma mulher, vestida em traje de banho muito discreto, sentada em uma pedra, com um copo na mão e uma garrafa a seu lado, em frente a uma cachoeira com algumas árvores ao seu redor.</p>
	<p>Edísio Meira/ Sítio Califórnia -Redenção</p>	<p>Imagem com um homem de terno e chapéu, com um copo na mão pegando bebida de uma torneira, nos dois lados tem feixes de cana- de- açúcar e ao fundo um sol estilizado.</p>

	<p>Miguel Ângelo Russo/ Sítio Barra Nova - Redenção</p>	<p>Imagem com uma cabeça de falcão e abaixo dela um brasão com as iniciais F e V (iniciais da aguardente).</p>
	<p>Adolfo Ferreira de Souza/ Sítio Itaquiassu - Redenção</p>	<p>Imagem com uma touceira de cana bem destacada na frente, em um dos lados tem um engenho com uma chaminé e do lado um canavial. Ao fundo montanhas e um céu com algumas nuvens.</p>
	<p>Gaudioso Bezerra Lima/ Sítio Livramento – Redenção</p>	<p>Imagem de meio corpo de um casal de pessoas brancas. O homem está de paletó escuro de gravata azul com um copo na mão e a mulher de vestido claro, sem mangas também com um copo na mão tem um arremate lateral feito com feixes de cana- de- açúcar e sobre eles algumas medalhas (ou moedas) com palavras e desenhos incompreensíveis.</p>
	<p>Bezerra & Filhos/ Sítio Livramento-Redenção</p>	<p>Imagem com a cabeça de uma mulher branca de chapéu com arremates laterais de feixes de cana- de- açúcar.</p>

Fonte: Tabela construída a partir de dados obtidos do Catálogo Africana e Cearensidade, 2011.

Tentando compreender o significado das representações desses rótulos, buscamos uma bibliografia sobre iconografia. Entre os trabalhos consultados está o de Miriam Leite (1994), que a partir de imagens fotográficas de famílias de imigrantes vindos para a cidade de São Paulo entre os anos de 1890 e 1930 desenvolve um importante estudo na qual busca “verificar as potencialidades e limitações da documentação iconográfica” (LEITE, 1994. p. 130). A ideia da cientista social era fazer um estudo do conteúdo que as imagens poderiam transmitir.

No nosso caso, não estamos trabalhando com fotografias, mas sim com imagens de rótulos. Contudo, a intenção é a mesma de Miriam Leite, pois buscamos extrair desses rótulos algumas informações.

Em seu estudo Miriam Leite (1994), aponta que as primeiras fotos de famílias de imigrantes vindos para o Brasil entre os anos de 1890 a 1930 seguiam um modelo dos quadros reproduzindo famílias da nobreza europeia, reproduzindo um estereótipo de como representar uma família. Os fotógrafos da época criavam o mesmo cenário e as mesmas poses para famílias de diferentes origens e condições econômicas. Os rótulos assim como as fotos de famílias (embora estamos tratando de coisas diferentes) no seu início segue um modelo, e este modelo se repete, revelando dessa maneira uma certa concepção dos elementos que devem conter nas imagens. Assim, quase todos trazem a representação da cana-de-açúcar, de elementos da natureza como o sol e de mulheres, indicando a importância de vincular a bebida à um lugar quase naturalmente paradisíaco (árvores, céu azul com nuvens brancas) e às mulheres.

Miriam Leite (1994), considera também que as fotos são limitadas, por trazerem composições repetitivas e serem parecidas em vários aspectos sendo diferenciadas apenas pelas histórias que são contadas a respeito delas. No caso dos rótulos, as imagens não são tão diferentes entre si, em todas elas percebe-se uma mesma composição: cenário, pessoa, gente bebendo ou com um copo na mão, é possível observar que são imagens rústicas, com temas relacionados aos aspectos da região de Redenção/Acarape embora em alguns o tema fuja um pouco disso (o caso da jangada na frente do mar). Aparentemente os rótulos apresentam certa homogeneidade na cor (amarelada, talvez seja por conta da cor da cachaça). Além disso, é possível notar um padrão nas formas dos rótulos provavelmente pelas limitações do equipamento utilizado na época para produzir tais rótulos.

Nota-se que os rótulos funcionam como um instrumento de propaganda das aguardentes, e uma presença frequente nesses rótulos são as imagens de mulheres, em geral brancas. Se fizermos uma comparação entre as imagens de aguardentes daquela época com as imagens dos rótulos de aguardentes atuais (mais conhecidas Ypióca, Colonial Sapupara) podemos perceber que elas já não trazem mais imagens de mulheres nos seus rótulos. Contudo, se observarmos as propagandas de cervejas nos comerciais de hoje podemos notar a exploração de uma imagem feminina sensualizada, diversamente desses rótulos cujas imagens representam mulheres recatadas, até mesmo a que está em traje de banho.

Observado esses diferentes rótulos é possível perceber que havia algumas famílias que produziam mais de uma cachaça como, por exemplo, a família de Adolfo Ferreira de Souza

fabricava as aguardentes Princesa do Norte, Redenção, Redenção Extra, Diamante e Flor de Redenção, destes produtos dois – Redenção e Redenção Extra – possuíam o mesmo rótulo, com pouquíssimas variações, mas o mesmo tema. Das quatro aguardentes pertencentes a esta família as três primeiras cachaças eram fabricadas no engenho do Sítio Diamante e a quarta cachaça era fabricada no engenho do Sítio Itaquassu. Isso também acontece com as cachaças Douradinha Extra e Princeza ambas produzidas no Sítio Livramento.

Outra coisa que chama a atenção é que uma mesma cachaça possui diferentes rótulos como, por exemplo, a cachaça Pé de Tonel que possui dois rótulos diferentes, embora essas diferenças sejam apenas de pequenos detalhes. O mesmo ocorre com a aguardente Redenção é apenas um produto, mas com dois rótulos que possui poucas diferenças.

Podemos perceber que algumas aguardentes eram produzidas em sítios de Redenção enquanto outras eram produzidas em sítios em Acarape, isto se deve ao fato da região de Acarape fazer parte do município de Redenção vindo a se emancipar somente no ano de 1987.

Além disso, fazendo-se uma observação um pouco mais atenta desses rótulos é possível identificar a presença de alguns elementos que despertam nossa curiosidade quanto aos que eles possam representar/ significar.

O primeiro elemento que podemos notar é a presença de pessoas em alguns desses rótulos. Geralmente pessoas brancas e bem vestidas trajando paletó ou blusa de manga longa e chapéu (como nos rótulos das cachaças: Pé de Tonel Extra, Pé de Tonel Especial, Douradinha Extra e P.O.J.). Pelas vestimentas podemos deduzir que se buscava representar pessoas de vestimenta recatada e talvez mais cara, cuja aparência talvez quisesse distinguir os trabalhadores dos consumidores daquele produto.

O segundo elemento retratado nos rótulos que nos chama bastante atenção é a figura das mulheres, também brancas, presente em seis dos 16 rótulos elencados. No rótulo da aguardente Paracupeba aparece a figura de uma mulher tomando cachaça ao lado de uma cachoeira, atitude que nos parece um pouco inusitada tendo em conta os hábitos locais. Na aguardente Douradinha Extra aparece uma mulher branca com uma taça na mão ao lado de um homem branco. E na aguardente Princeza aparece outra mulher, porém esta não está segurando nenhum copo da bebida, apenas rodeada de feixes de cana-de-açúcar. Na aguardente Redenção e Redenção Extra o rótulo é o mesmo e a mulher branca ali representada está aparentemente libertando um escravo. Provavelmente a presença dessas figuras femininas tinha uma intenção de atrair os consumidores, predominantemente masculinos, com representações de beleza das mulheres brancas. Estas figuras desenhadas com traços simples, sem muitos detalhes, provavelmente em decorrência dos poucos recursos gráficos, nos

lembram personagens de cinema, com traços finos e delineados. Por outro lado, as representações dos rótulos da cachaça Redenção reportam-se à associação entre a imagem da Liberdade e a figura da mulher, representada com uma espécie de coroa na cabeça, feita em traços muito rudimentares e que, provavelmente remetendo à figura da princesa Isabel.

O terceiro elemento muito retrato nos rótulos está relacionado com a natureza, aspecto muito valorizado em sociedades pouco urbanizadas como Redenção à época, sendo que em quatro deles aparece a imagem do Engenho. Em dois dos rótulos a natureza retratada foge um pouco da natureza típica da região de Redenção, como por exemplo, no rótulo da aguardente Princesa do Norte encontramos a imagem do litoral, enquanto no rótulo da aguardente Diamante encontramos a imagem de um possível garimpo.

Finalmente, o quarto elemento retratado nos rótulos tem relação com a história da região de Redenção. No rótulo da aguardente Madeira de Lei tem a imagem do monumento do Obelisco, monumento este exposto em uma das praças da cidade de Redenção. E no rótulo das aguardentes Redenção Extra e Redenção encontramos, como já foi dito acima, a imagem de um escravo e de uma mulher, cuja cena nos pareceu representar a libertação dos escravos.

A análise dos rótulos das aguardentes produzidas em Redenção/Acarape nos transporta para o imaginário dos produtores e consumidores desse artigo que foi o sustentáculo da economia da região por um longo período. Ela nos permite inferir que o modelo de sociedade ali projetada é branco, recatado, vivendo de forma bucólica em contato com uma natureza amena, marcada por campos verdes, cachoeiras e, excepcionalmente, por praias calmas. A presença da cidade caracterizada por chaminés de engenho ou pelo Obelisco nos reporta, também, para o trabalhador escravizado em parte responsável pela riqueza da região, mas a única referência a eles é a de escravos sendo libertados, imagens que como já dissemos fala mais dos libertadores do que dos próprios escravizados.

CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS DOS PROPRIETÁRIOS DE ENGENHO

Neste terceiro capítulo da pesquisa buscamos registrar a história de representantes de algumas famílias que possuíam engenho na região de Redenção e que eram ligados à produção de aguardente.

Aqui vamos tentar investigar os processos adotados na produção das cachaças em cada engenho, a forma de engarrafamento e de transporte, os locais de comercialização, os rótulos e, também, sobre os trabalhadores e sobre aspectos do cotidiano da vida da cidade. Por fim, procuramos relatar do fechamento dos engenhos. Estaremos fazendo uso da história oral como método para nos ajudar a resgatar um pouco da memória da sociedade redencionista.

3.1- As famílias e suas histórias

Maria Isaura Pereira de Queiroz enfatiza que a “história oral” ou o “relato oral” se constituiu através dos séculos como sendo “a maior fonte humana de conservação e difusão do saber” (QUEIROZ, 1986 p. 3). A antropóloga alega que “em todas as épocas, a educação humana (ao mesmo tempo formação de hábitos e transmissão de conhecimento, ambos interligados) se baseava na narrativa”. (QUEIROZ, 1986, p. 03). Sendo assim, a narrativa é a mais antiga forma de transmissão de conhecimento. Queiroz (1986) ainda acrescenta que:

O relato oral está, pois, na base da obtenção de toda a sorte de informação e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. O desenho e a escrita lhe sucederam. Quando o „homem das cavernas” deixou, nas paredes, destas figuras que se supõe formarem um sentido, estava transmitindo um conhecimento, que possuía e que talvez já tivesse recebido um nome ao está designado pela palavra. O fruto de suas experiências e descobertas ficavam assim concretizados e passavam aos demais, inclusive aos pósteros. Mais tarde a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral. (QUEIROZ, 1986, p.3).

O relato oral foi à forma que durante muitos anos permitiu aos povos a conservação e transmissão de seus saberes às gerações seguintes, posteriormente sucedido pelo desenho e a escrita. Quanto a essa questão, Júlia Matos e Adriana Senna (2011), possuem a mesma perspectiva sobre a história oral, conforme as teóricas “o que conhecemos como história oral é uma prática muito antiga, intimamente ligada aos contos populares, ao universo da comunicação humana”. (MATOS e SENNA, 2011, p.97).

Ainda segundo Queiroz (1986), o relato oral passou a ser revalorizado entre as técnicas de coleta de dados no decorrer do século XX na Europa, quando cientistas sociais

passaram a empregá-la e a encararem como “a técnica por excelência” contrapondo-se aos dados quantitativos (QUEIROZ, 1986, p. 01). Conforme a teórica, enquanto a técnica quantitativa reduzia a realidade social a números, sociólogos e antropólogos passaram a fazer uso de histórias orais em suas pesquisas, e essa passou a ser vista como uma técnica útil ao possibilitar a coleta de dados que ainda não havia sido registrado nas documentações escritas. Além disso, o relato oral permitiu captar o que não é possível captar utilizando técnica quantitativa como valores, emoções e significados de uma realidade de grupos sociais que nem sempre tiveram a oportunidade de serem ouvidos.

Para Matos e Senna (2011), a utilização da história oral como técnica de obtenção de informação é de grande importância para o pesquisador, pois:

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos (...). (MATOS; SENNA, 2011, p.96)

Podemos perceber que a história oral é de grande ajuda para o pesquisador quando este se encontra diante a escassez de fontes escritas. Foi justamente devido à dificuldade de material e as poucas pesquisas referentes ao tema de pesquisa que optamos por fazer uso da história oral.

No que se refere a história oral como método de pesquisa as autoras ainda apontam que:

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. (MATOS e SENNA, 2011, p. 97).

Tendo como base a visão das teóricas, a história oral pode ser entendida como um método de se registrar as lembranças, memórias de pessoas que testemunharam ou participaram de fatos do passado. Em nossa pesquisa buscamos registrar as memórias dos senhores Victor Moura de Souza e José Itamar Silveira Duarte representantes das famílias (Ferreira de Souza e Duarte) que tinham engenhos e que eram envolvidos com a produção de aguardente na região de Redenção.

Registrar o que essas pessoas têm a dizer sobre esse período é de fundamental importância visto que se trata de uma memória que pode se perder. Em entrevista a Maria Celina D’Araújo, Aspásia Camargo diz que “E quando as pessoas morrem, acaba o contato físico com a realidade que representam. Quando se perde o contato físico, as interpretações

começam a sofrer uma outra química, que pode ser melhor ou pior.” (D’ARAÚJO, 1999, p. 170). Por isso a necessidade de registrar a que essas pessoas têm a dizer antes que seja tarde demais.

Michael Pollak (1992) destaca que ao lidarmos com memória coletiva ou individual temos que levar em conta que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203). Isso explica o fato dos nossos entrevistados lembrarem de muitos fatos referente a nossa pesquisa, mas não lembrarem de forma alguma das datas em que esses fatos ocorreram e até mesmo lembrarem das datas mas de forma imprecisa. Além disso, precisamos ter em mente que “vale dizer que, de certa forma, filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos, que nos é significativo” (MATOS e SENNA, 2011, p. 96). Sendo assim, temos que atentar para o fato de que os nossos entrevistados narram acontecimentos cujas lembranças são significativas para eles.

Isso nos faz lembrar ainda da entrevista de Aspásia Camargo dada à Maria Celina D’Araújo em que Camargo aponta o fato de ao escolhermos um grupo de pessoas para contar sobre determinado assunto estarmos lidando com uma “versão de determinado período” (D’ARAÚJO, 1999, p. 175), ou seja, na verdade trata-se de uma versão possível dentre tantas outras versões sobre determinado assunto. Então é de máxima importância levarmos em consideração o que nossos entrevistados estão contando, pois trata-se da versão deles sobre determinados fatos, ou seja, uma versão possível dentre tantas outras.

Apesar da história oral ter sido considerada “a técnica por excelência”, para coleta de informações pelos cientistas sociais (QUEIROZ, 1986, p. 01), muitas críticas são feitas quanto a sua utilização como método de coleta de informações. De acordo com Matos e Senna:

Há alguns aspectos críticos que envolvem a utilização da fonte oral. Críticas quanto à confiabilidade da fonte, pois muitos dizem que os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falível ou fantasiosa (...). (MATOS e SENNA, 2011, p. 102).

Percebemos assim que a principal crítica em relação ao uso da história oral se baseia no fato de que estamos trabalhando com a memória e que esta não seria muito confiável devido ao fato de sofrer “as distorções trazidas pela subjetividade do narrador” (QUEIROZ, 1986, p.21).

Contudo, apesar das críticas, devemos levar em consideração a importância e também a valorização da história oral dentro do campo da ciência enquanto técnica de coleta de dados, fundamental para a realização do nosso trabalho. Matos e Senna (2011) defendem que a

história oral é uma fonte que complementa a escrita, assim como a fonte escrita pode complementar a fonte oral. Ainda nos remetendo a entrevista de Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araújo, vemos reafirmada a defesa do uso da história oral, para Camargo a história oral pode servir de “complementação aos arquivos” (D'ARAÚJO, 1999, p.169). Além disso, para Camargo a história oral, fornece muito mais que informações em comparação com os documentos escritos que são considerados pela teórica como “limitados”. Para Camargo “a limitação do documento é que ele só diz aquilo que está escrito. Certamente, a pessoa que escreveu tinha informações muito maiores do que as que passou na carta, mas você só tem a carta. A entrevista não, ela é inesgotável”. (D'ARAÚJO, 1999, p. 172). Ao se fazer uma pergunta a uma pessoa as repostas podem ser mais amplas que a pergunta que foi feita.

O historiador Alessandro Portelli (1997) entende que a história oral é diferente da fonte escrita igualmente útil tendo em vista que a história oral é complementar a fonte escrita. Segundo o historiador:

(...) as fontes escritas e orais não são mutualmente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que outras). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos (...). (PORTELLI, 1997, p.26).

Percebe-se com isso, que mesmos sendo fontes diferentes as fontes orais podem complementar as fontes escritas preenchendo lacunas que de outra forma seria difícil preencher. Para o historiador o que faz a história oral ser diferente é o fato de:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (...). (PORTELLI, 1997, p. 31).

A partir do que foi exposto na citação acima, a história oral além de poder revelar eventos desconhecidos de fatos conhecidos, pode também dar voz a classes que nem sempre tiveram oportunidade de serem ouvidos. Na nossa pesquisa procuramos escutar os herdeiros de engenhos sobre a história dos engenhos e da produção de aguardente na região de Redenção.

Além disso, Portelli aponta também que “(...) o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. (...)” (PORTELLI, 1997, p. 31). A subjetividade vem a ser segundo o historiador esse importante elemento, que não vai ser encontrada nas outras fontes.

A primeira pessoa que conseguimos conversar foi com o senhor Victor Moura de Souza, de 71 anos, que apesar de não lembrar muito das datas dos acontecimentos nos contou uma história interessante. Ele e o irmão herdaram dos pais quatro sítios (que estavam em processo de inventário), destes sítios três ficam em Redenção, que são os sítios Diamante, Vitória, Itaquassu (este último é o sítio onde mora o senhor Victor) e o outro sítio, chamado de Brejo, fica em Pacoti. Sendo que três desses sítios pertenceram ao seu avô materno, Victor de Paula Rodrigues, enquanto o outro pertenceu ao seu avô paterno Adolfo Ferreira de Souza. A família dele possuía engenhos movidos a vapor nos sítios Diamante e Itaquassu e produziam quatro aguardentes na região. O senhor Victor nos conta que a produção de aguardente começou com o seu avô paterno Adolfo Ferreira de Souza, (não lembra da data) que produzia inicialmente três delas:

Ele fazia a Diamante, a aguardente Diamante, a Princesa do Norte e a Redenção. (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05-2014)

O senhor Victor Moura lembra que na época seu avô fabricava as três aguardentes no engenho do Sítio Diamante e seu pai (Adolfo Filho) era responsável por vender as cachaças na região de Redenção. Sendo que a mais famosa delas era a aguardente “Redenção”. Anos mais tarde com a morte do seu avô, seu tio Adalberto ¹² tomou conta da produção de aguardente enquanto seu pai continuou vendendo as cachaças. Senhor Victor nos relata que seu avô paterno teve seis filhos, mas apenas o seu pai (Adolfo Filho) e o seu tio (Adalberto) se “interessaram em tocar o engenho”, ou seja, produzir e vender aguardente.

Senhor Victor Moura nos conta que ainda chegou a trabalhar no negócio da família, tendo que abandonar a faculdade para ajudar na fabricação da quarta aguardente produzida no engenho da família, chamada de “Flor de Redenção” que era fabricada no engenho do Sítio Itaquassu. Sobre isso senhor Victor nos esclarece:

É, eu deixei de estudar para... porque foi assim, quando eu fazia vestibular. E aqui meu avô vendia aguardente para uma pessoa x, e quem pagava os impostos era a pessoa que comprava a aguardente. Quando meu avô morreu, a pessoa não estava mais pagando os impostos. Quando veio os impostos federais e estaduais..., aí meu pai... Eu cheguei, vinha, eu vinha de Fortaleza, quando cheguei aqui meu pai tava chorando, meu pai, minha mãe e meu irmão Adolfo no quarto. Aí fiquei olhando pra eles, perguntei o que era, não, porque chegou uma conta pra pagar. Eu peguei um carro que tinha aqui fui bater no tio Adalberto que era o que tomava conta do Sítio Diamante. Cheguei falei com ele. Disse que tava precisando de dinheiro, disse pra ele ver a situação do irmão dele. Cheguei aqui ele viu a situação do irmão. Eu disse tio tô deixando de estudar agora, para... vou pagar a conta. Me arranja

¹² O nome dele aparece nos rótulos das aguardentes Redenção e Princesa do Norte.

esse dinheiro? Quem vai pagar a conta não é ele não, sou eu, ai deixei de estudar. (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05-2014)

Senhor Victor Moura nos informa que pretendia prestar vestibular para agronomia, contudo precisou abandonar os estudos e trabalhar para ajudar o pai a pagar os impostos oriundos das cachaças que não haviam sido pagos, conforme o costume, pelo comerciante.

Analisando as informações fornecidas pelo senhor Victor Moura, inferimos que a época desse relato é a década de 1960, pois o entrevistado, nascido em 1943, estava aproximadamente com 20 anos quando abandonou os estudos em Fortaleza.

Ele nos relata que enquanto as outras cachaças eram vendidas na própria região de Redenção e também em grande quantidade em Quixadá (especialmente a aguardente Redenção que era muito conhecida), ele teve que procurar mercado consumidor para a cachaça que ele ajudou a fabricar e a vender, a “Flor de Redenção”, que era pouco conhecida e que foi vendida para lugares como:

Eu que andava por Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá, Banabuiú. Andava vendendo. Paguei as contas tudo. Foi o tempo em que aconteceu um acidente com meu braço, fui para o Rio. Aí entreguei para o meu irmão, aí pronto eles fizeram o que quiseram. Quando eu cheguei aqui já tava do jeito que tava. (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05- 2014)

Conforme o senhor Victor Moura eles possuíam todo o equipamento de engarrafar a cachaça tanto no engenho do sítio Diamante quanto no engenho do sítio Itaquiassu. E que na época se vendia apenas o líquido, o garrafão era trazido de volta:

É ele chegava lá trocavam, vendia só o liquido e trazia o garrafão de volta. Por que antigamente isso não era desse jeito. Hoje em dia essas garrafas são tudo de plástico, né? Antigamente não. Você levava um garrafão trocava por outra garrafa. Aonde você chegava. (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05- 2014)

Senhor Victor Moura nos esclarece que na época já existiam todas as outras cachaças e que todas eram bem conhecidas e vendidas na região. E perguntado se existia concorrência na venda responde:

Mais aqui, a nossa é mais por fora, certo? Por que a gente... No começo quem não conhecia? a Redenção era conhecida. A Redenção, a Douradinha, a Falcão do Vale, certo? (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05-2014).

O entrevistado não deixa claro se existia na época concorrência ou não, mas pela sua resposta percebe-se que mesmo com a quantidade de aguardentes produzidas na região não havia muita concorrência nas vendas, conforme ele, as aguardentes produzidas pela família

dele eram mais vendidas para fora. E perguntado como era a cidade de Redenção na época da produção de aguardente senhor Victor relata:

Aqui só tinha prédio da Receita Federal, Estadual, Caixa Econômica, Banesa e o Banco do Brasil. (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05-2014)

Segundo o Senhor Victor Moura durante um tempo todas essas instituições fecharam permanecendo apenas o Banco do Brasil, a Caixa Econômica chegou a fechar também, mas posteriormente, reabriu. Senhor Victor não fala nada a respeito com relação aos trabalhadores.

Outro entrevistado que nos forneceu dados significativos sobre a constituição desse importante seguimento econômico de Redenção foi o senhor José Itamar Silveira Duarte, de 65 anos, descendente de outra família que possuía engenho e fabricava aguardente na região. Em conversação com ele na sua residência no Sítio Monte Agrassa, local muito próximo da cidade de Redenção, seu Itamar nos conta que não chegou a trabalhar na fabricação ou na venda da aguardente, mas se recorda que o pai dele contava que tudo começou com o seu bisavô que veio de Portugal e comprou a propriedade (na qual seu Itamar mora o Sítio Monte Agrassa) dando início a plantação de cana e a fabricação de cachaça.

Bem, o que eu sei é que papai contava, desde o meu bisavô né? essa propriedade aqui é desde o tempo do meu bisavô. Ele tinha chegado de Portugal comprou isso aqui e começou fazer cachaça, plantar cana e fazer cachaça, né? Passou do meu bisavô pro meu avô, do meu avô pra ele, e ele (tosse) fabricou cachaça até 1970. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Sobre o nome do sítio e o engenho da família senhor Itamar relata:

Sítio Monte Agrassa, Monte Agrassa com dois “s”. Ele fazia questão de dizer que era com dois “s”, porque era português, sabe? Agraça é escrito com ç, mas como meu bisavô era português era escrito com ss ele fazia questão de dizer que era com dois “s” que era esse sítio aqui e tinha o outro sítio ali, que também era perto da rua, que era o Sítio Nossa Senhora. Aí esse engenho, o primeiro engenho que era do meu avô era um engenho pequeno que foi trazido da França, né? Eh, o engenho e a caldeira porque era a caldeira a vapor, né? A caldeira funcionava a vapor produzido do próprio bagaço, moía a cana deixava secar eh, funcionava o engenho e o alambique tudo com vapor. Depois em 1957, papai comprou outro engenho, um engenho bem maior com um alambique maior também pra produzir mais cachaça né? 57 aí funcionou até 1970. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Seu Itamar Silveira não conseguiu lembrar qual era o nome da cachaça produzida pelo seu bisavô, mas lembra que além da cachaça seu bisavô chegou a produzir açúcar mascavo. Quanto às cachaças produzidas na época do seu pai o senhor Itamar Silveira recorda que:

Bem a do meu bisavô eu não sei né, mas ah, do meu pai ele fez a P.O.J. inclusive esse rótulo aí (aponta para um quadro com alguns rótulos de cachaça). Ele fez várias outras. Ele fez a Rancheira, a Racho, a P.O.J., né? Ai a que predominou mais foi a P.O.J. A P.O.J. era uma...uma cachaça é ...por causa ele botou o nome dessa cachaça porque tinha uma cana né? Uma cana com o nome P.O.J. Várias pessoas já têm eh, perguntado o que que significa essa sigla P.O.J, mas ninguém sabe o que que é, sabem que é o nome de uma cana. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09- 2014)

Na entrevista acima ficamos sabendo que dentre as aguardentes produzidas pelo pai do senhor Itamar Silveira a aguardente de nome P.O.J., foi a que mais se destacou vindo a ser a mais conhecida. Além disso, a explicação para a sigla P.O.J é que existia um tipo de cana-de-açúcar com esse nome.

Segundo um estudo do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) esta variedade de cana-de-açúcar foi introduzida, em 1926, como forma de combater uma praga que se espalhava nos canaviais:

1926 - Realiza-se a introdução e multiplicação das POJ 36, POJ 105, POJ 213 e POJ 228, oriundas das experiências de Bolliger, na Fazenda Santa Elisa; tais variedades já eram cultivadas em pequena escala na Fazenda Guatapará, em São Paulo e introduzidas, ainda durante o projeto de criação, na E.E. de Piracicaba (SP); também se iniciou a distribuição de mudas selecionadas dessas variedades para substituir as canas nobres cultivadas e suscetíveis ao mosaico.¹³

Indagado onde as aguardentes eram vendidas senhor Itamar Silveira responde:

Era vendida aqui e fora né, como outras cidades Baturité, Quixadá. Uma parte também muito pouca, mas vendia pra Fortaleza também. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09- 2014)

Seu Itamar Silveira relata que as aguardentes eram mais vendidas na própria região de Redenção. Segundo ele, o engenho a vapor ficava no sítio Monte Agrassa, nele também havia plantação de cana. Contudo, seu pai chegou a possuir outro sítio (Sítio Nossa Senhora) em que também havia plantação de cana-de-açúcar. Mesmo assim seu pai ainda comprava cana de outras pessoas para fabricar aguardente. Conforme seu Itamar, as cachaças eram vendidas

¹³ Para mais informações consultar o artigo do Instituto Agronômico (IAC) relacionado ao desenvolvimento da cana-de-açúcar. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/publicacoes_online/pdf/Doc_103_FINAL.pdf>. Acesso em 06/04/2016.

em garrafas e também a granel. No que se refere ao rótulo da aguardente senhor Itamar explica onde era confeccionado:

Esse rótulo era confeccionado em Fortaleza, porque aqui em Redenção não tinha tipografia né? Aí ele mandava confeccionar em Fortaleza. Tinha os rótulos e tinha os selos só que era um imposto, era um imposto que eles pagavam eh, imposto federal sabe? Aí era um selo que era colocado no gogó da garrafa. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09- 2014).

Sobre a diversidade de rótulos senhor Itamar revela que:

Era uma cachaça só, mas ele, ele botava três rótulos diferente porque, porque como a do papai, a do papai tinha uma época que fazia o Racho e a P.O.J. Mas tinha gente, era tudo tirado do tonel só, mas tinha gente que não queria a P.O.J, ou só queria a Racho, tinha gente que não queria a Racho, só queria a POJ, porque a Racho não, não era boa. Eh, eh, invenção de quem bebe né? (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09- 2014).

Podemos perceber que era apenas uma cachaça produzida, mas que possuía outros rótulos indicando um instintivo trabalho de marketing para a conquista de novos mercados. Senhor Itamar revela que isso não era praticado apenas pelo seu pai outros produtores da região também faziam a mesma coisa produzia apenas uma aguardente que tinha rótulos diferentes. Seu Itamar mostra que:

Você vê que aqui tem duas, duas, dois tipos de Pé de Tonel. Era assim só mudava o rótulo sabe? Só mudava o rótulo. (mostrando os rótulos). (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09- 2014)

De forma semelhante à aguardente Pé de Tonel que possuíam dois rótulos, o mesmo acontecia com a cachaça Redenção que chegou a possuir dois rótulos diferentes. Seu Itamar fala da existência de 12 a 15 fábricas de aguardentes que produziam bastante cachaça e geravam muito emprego para a população de Redenção. Ele mostra um quadro com alguns os rótulos das cachaças produzidas na região no total de 18 rótulos, que são respectivamente as aguardentes: Douradinha, Princeza, Flor de Redenção, P.O.J, Princesa do Norte, Ressurreição, Redenção, Falcão do Vale, Vale da Esperança, Guanabara, Especial Extra Pé de Tonel, Madeira da Lei, Especial Pé de Tonel, Diamante, Redenção Extra, Paracupeba, Dagagueira e Triunfo.



Figura 1: Sr. Itamar mostrando o quadro com os rótulos de aguardentes que eram fabricadas na região.

Seu Itamar relata a existência de outras cachaças que existiram cujos rótulos estavam faltando no quadro como as aguardentes: “Rancho”, a “Rancheira” (ambas produzidas pelo pai dele), a “Chave de Ouro” e a “Rumba” fabricadas por outros produtores locais cujos nomes dos fabricantes ele não conseguiu lembrar.

Com tantas fábricas de aguardentes na região de Redenção perguntamos ao senhor Itamar se existiam alguma disputa por mercado consumidor, ele responde o seguinte:

Não, não, não. Eu acredito que não, eu não sei, não tive conhecimento disso aí né? Eu não, não lembro se tinha. Um tipo de rivalidade, coisa assim né? (ITAMAR, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Seu Itamar deixa claro na citação acima que desconhecia e até nem sabia se existia algum tipo de rivalidade entre os produtores de aguardentes por mercado consumidor. Questionado sobre a utilização de mão-de-obra escrava nesta atividade senhor Itamar responde:

É isso aí, não foi do nosso tempo né...
Ah... como é, a mão de obra de escravo não é, foi do nosso tempo isso aí foi uma coisa muito antiga né. Eu acredito, eu não sei direito mais o papai nunca falou pra gente, mas eu acredito que aqui também tenha tido mão de obra, porque é desde o tempo do meu bisavô né. Ele era português veio de Portugal e comprou isso aqui. Eu acredito que ele tenha trabalhado também com escravo, porque naquele tempo era o que tinha né. Aí, ali na Douradinha tinha a senzala você deve ter visto né? Eu conheço ali, tem a senzala e morava o escravo, mas isso aí não é, não é do nosso tempo. Eu não conheci ali escravo, a gente sabe que tinha porque os antigos contavam pra gente inclusive aqui na Serra do Gurguri, não sei se você já teve a oportunidade de ir, no Gurguri tem uma propriedade lá que também tinha escravos lá. Lá era uma fazenda de café, era uma fazenda de café e a mão de obra lá era escravo tinha senzala também. Lá no Gurguri hoje é uma pousada. (mostrando uma foto da pousada), que esse... casarão foi feito em mil, mil setecentos e algumas coisa eu não sei exatamente assim quantos anos, mais é muito bonito, é um casarão muito bonito e atrás desse casarão tinha a senzala. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Senhor Itamar esclarece que a utilização da mão-de-obra escrava foi algo bem antigo, não foi do tempo dele, mas acha provável que o bisavô tenha utilizado alguns escravos. Considerando que o senhor Itamar estava com 61 anos quando fizemos a entrevista e considerando as quatro gerações que o antecederam, podemos inferir que seu bisavô chegou no Ceará no século XIX, provavelmente nos últimos anos de existência da escravidão e que poderia ter iniciado seu engenho auxiliado por algum escravo paralelamente a outras formas de trabalho, mas sua propriedade não adquiriu as características e estrutura das antigas fazendas senhoriais. Sobre as pessoas que trabalhavam nessa atividade seu Itamar menciona:

Era gente da região, inclusive nessa época a gente... na época de moagem porque geralmente era seis meses de moagem né? Começava as vezes em junho e ia até novembro, dezembro, sabe? E era tudo gente daqui era na faixa dos 50 a 60 funcionários. Eh, eh..., de 50 a 60 funcionários, eh, eh assim como plantador de cana né? Tinha os cortadores de cana, tinha os cabiteiros que era quem transportava a cana dos sítios pro engenho em lombo de burro né? E tinha o pessoal que trabalhava no engenho né? No engenho, no alambique, na caldeira, na bagaceira, no, no..., no engarrafamento né? Então no total deu umas 50 a 60 pessoas. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Podemos perceber que as indústrias de fabricação de aguardente era uma atividade dinâmica que empregava um número expressivo de pessoas da região e era responsável pela geração de riqueza e pelo desenvolvimento da cidade.

A cidade na época podia não oferecer emprego, mas a fabricação de aguardente era uma atividade que gerava muito emprego e empregava muitas pessoas da região, proporcionando serviço para todas as idades. De acordo com senhor Itamar:

Não, na cidade não, nos engenhos né? A mão de obra tinha pra todo mundo, pra rapazinho novo, pra pessoa mais idosa, tinha emprego pra todo mundo. É tanto que hoje, hoje não, não tem, você chega num sítio desse assim como antigamente não tem. A mão de obra hoje tá difícil porque o governo já dá muita coisa hoje, né? Bolsa família, bolsa escola, um bocado de coisa por aí. Então a malandragem hoje tá grande (risos) eu acho. E naquele tempo não, naquele tempo tinha gente pra trabalhar e tinha emprego, hoje tá mais difícil. Hoje só tem mais emprego assim pra quem tem um certo, uma certa cultura, né? Um estudo qualquer, mas pra aquele tempo a maioria das pessoas era analfabeto, não tinha, ia então procurar um emprego era nas fábricas e tinha. Dava mais oportunidades. Apesar que eu acho que hoje tá melhor por isso, assim, eh, hoje todo mundo tem alguma coisa né? Tem um, vamos dizer uma moto, um carro, se veste melhor, tem uma roupa melhor e naquele tempo não, a pobreza era pior, era mais, ela era maior. Eu conheci gente aqui trabalhando aqui neste sítio nas roupas tudo remendadas, botavam remendo, se rasgava botavam remendo. Hoje não, hoje todo mundo tem dinheiro aí. Hoje eu tô cansado de ver dentro sítio o caba trabalhando de enxada lá dentro do sítio, o celular toca ele vai atender, né? (risos). E naquele tempo o caba não tinha nem um relógio, não podia comprar nem um relógio. Apesar de ter emprego, mas não tinha, sei lá, não sei porque era mais era assim. A

facilidade de hoje é melhor do que na época. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Pelo mencionado na citação acima podemos compreender que embora a oportunidade de emprego fosse maior as condições eram bem difíceis e a remuneração baixa que assegurava no máximo o alimento da sobrevivência. Indagado como era a cidade de Redenção nesta época, seu Itamar responde:

Bem a cidade de Redenção na época era bem diferente né? Era bem diferente mesmo. Eh, eh é tanto que Redenção ela demorou a crescer, ela veio a crescer de um tempo pra cá, principalmente por causa da UNILAB, mas ela permaneceu muito tempo sem aumentar em nada, você andava em Redenção num ano quando dez, quinze anos voltasse tava do mesmo jeito. Agora tinha muito emprego. Muito emprego, eu acho que, que em termos assim financeiro talvez fosse até melhor. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Percebe-se pela fala do seu Itamar que apesar de sua percepção ser de um crescimento recente da cidade em decorrência da instalação da UNILAB, ele reconhece que a produção de aguardente gerava muito emprego para a população da região de Redenção e que talvez fosse melhor até financeiramente. Por outro lado, a ideia de estagnação presente no depoimento deve referir-se ao período posterior a crise da produção de aguardente que provavelmente se acentuou na década de 1980.

3.2- Decadência dos engenhos.

Neste tópico pretendemos falar da decadência e fechamento dos engenhos usando os depoimentos dos entrevistados. Não sabemos especificamente quem foi o primeiro na região a parar com de fabricação de aguardente. Pelos depoimentos podemos perceber que a fabricação de aguardente foi uma atividade praticada por algumas famílias que possuíam sítios e pequenos engenhos na região de Redenção/Acarape. Atividade essa que proporcionava empregos para a população e podemos dizer também era uma atividade responsável por movimentar a vida econômica da cidade. Sendo que a existências dessas pequenas “indústrias” produtora de aguardente deixou a região conhecida como a “terra da cachaça”. Por outro lado, podemos inferir que a produção de aguardente foi intensa na região desde o século XIX até o final da década de 1970, no século XX, quando a crise levou à uma estagnação do crescimento da cidade, aspecto que só foi mudado com a chegada da UNILAB. Senhor Victor nos relatou anteriormente que começou a trabalhar no negócio da família muito jovem sendo inclusive responsável pela fabricação da aguardente chamada de

“Flor de Redenção”. Que foi produzida mediante uma situação complicada quando o pai dele passava por dificuldades financeiras.

Já o senhor Itamar não chegou a trabalhar no negócio da família, mas nos relata que ainda tem saudades da época que o engenho da família funcionava:

Ah... a minha infância todinha né? Foi... eu conheci nesse engenho aqui funcionando nesse engenho, inclusive eu achava muito bom né? Depois nos anos de setenta de, de... no final de sessenta eu estudava em Fortaleza e quando chegava os finais de semana eu corria pra cá, porque gostava né? Principalmente na época da moagem gostava demais, achava muito bom. Era assim eu, eu tenho, a gente tem uma saudade, inclusive não era só eu não é todos os irmãos tem uma saudade danada da época era boa. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Ele e os irmãos cresceram vendo o engenho funcionar isso leva a crer que essa foi a época de auge da produção de aguardente na região. Não se sabe se todas fecharam na mesma época. De acordo com o depoimento do senhor Itamar sua família produziu aguardente até 1970. Conforme senhor Itamar:

É em setenta a gente parou e ficou só cultivando a cana né? Depois em setenta e... não, oitenta e seis, oitenta e sete foi que a gente mudou pras banana. A gente produzia a cana e vendia pros outros sabe? (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Pelo depoimento o pai do senhor Itamar parou de fabricar cachaça em 1970. Contudo, seu pai continuou cultivando a cana-de-açúcar que era comercializada para outras pessoas possivelmente pessoas ligadas a fabricação de aguardente na região. Sendo que posteriormente seu pai passou a investir em outra atividade, no caso a produção de banana atividade praticada até hoje. Perguntando o motivo pela qual seu pai fechou seu engenho e parou de produzir aguardente, senhor Itamar não soube nos explicar o motivo que levou seu pai a parar de fabricar, porém ele relembra de uns impostos que eram cobrados na época que conforme ele:

Porque é o seguinte em 1970 os impostos estavam muito alto sabe? O governo federal, o governo estadual, cobrava impostos muito altos. E a manutenção pra você manter um sítio com cana do jeito que era pra ser, eh, eh, a despesa que dava na própria fábrica, a manutenção do maquinário era muito grande, né? (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Senhor Itamar completa relatando que:

Então por isso que meu pai deixou de fabricar. E o papai parou de fabricar e logo em seguida os outros foram parando também. E chegaram ao ponto, os outros, alguém que tinha condição financeira botava mais um engenho como a Douradinha, a Chave de Ouro botaram três engenhos num só acoplaram os três engenho em um só. Então eh, eh e aumentavam os alambique, né? Aí ia produzir mais e se tinha mais condições de vender

mais também, né? Mas é, é tanto que todo mundo parou por causa disso era despesa muito grande. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014)

Pelo que podemos compreender os que continuaram fabricando e tinham uma condição financeira melhor investiram no engenho para que pudesse fabricar uma quantidade maior de aguardente. Senhor Itamar menciona a questão dos “três engenhos em um só”, sobre isso ele explica que:

É em um só eram os três ternos, porque eram três moendas mais três moendas mais três moendas, sabe? Aí tem uma esteira que... eh, vai trazendo a cana de um pro outro né? A esteira, a cana cai dentro da esteira passa no primeiro, passa no segundo e passa no terceiro pra, tirar mais o suco da cana né? Então quanto mais a cana era espremida mais, mais saía o suco e produzia mais. Quando era um terno que era o caso de três, de três moendas ela só machucava aquilo e pronto né tirava menos suco. Então foi o caso de gente aqui, eh, eu me lembro assim de uns três, quatro engenhos fizeram isso. Só que pra fazer isso a despesa é grande né. Tinha que comprar mais três equipamentos, três maquinários pra acoplar num só né. Ele ia ter com certeza ele ia ter mais, mais produção. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 2209-2014)

Senhor Itamar relata que o engenho do pai dele era de um terno, ou seja, um engenho na qual podemos dizer que seria um pouco mais simples e pequeno e que talvez fabricasse menos aguardente. Na época seu pai não tinha dinheiro para comprar as máquinas para acoplar ao engenho, ele relata que fim teve o engenho:

O engenho caiu. Papai vendeu o maquinário né. Vendeu o maquinário e ficou a casa do engenho aí né, mas como a gente não utilizava dessa casa era uma casa muito grande, inclusive as paredes oh dessa grossura sabe (faz um gesto com a mão como seria a parede), uma beleza de casa, mas foi levando sol, chuva sem ter utilidade nenhuma sem ter nada funcionando em baixo. E foi caindo né, a gente chegou e demoliu tudo pra aproveitar pelo menos o material. Ainda existe a chaminé. (ITAMAR DUARTE, REDENÇÃO, 22-09-2014).

Senhor Itamar conta que seu pai vendeu as peças do engenho na época para o dono da aguardente Falcão do Vale, que acoplou as peças em seu engenho deixando ele maior.

Senhor Victor nos relata que não lembra o período que o negócio do pai começou a desandar, não acompanhou porque na época sofreu um acidente que machucou o braço e teve que ir para o Rio de Janeiro para se tratar. Quando retornou o engenho já não estava produzindo bem:

Foi o tempo em que aconteceu um acidente com meu braço, fui para o Rio. Aí entreguei para o meu irmão, aí pronto eles fizeram o que quiseram. Quando eu cheguei aqui já tava do jeito que tava. (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05-2014)

Relata que ainda não havia sido fechado quando ele voltou do Rio de Janeiro mas já não estava produzindo bem. Senhor Victor acha que o problema tenha sido o fato de “esquecerem de fazer freguesia”. Além disso, senhor Victor comenta a entrada de aguardentes vindas de fora na região:

E começou a entrar muita cachaça de fora, né? Automaticamente as outras tavam mas, talvez, mais rentável, o preço melhor, né? A pessoa, né? Era difícil talvez, eu não acompanhei (...). (VICTOR SOUZA, REDENÇÃO, 27-05-2014)

Com o fechamento dos engenhos e levando ao fim a fabricação de aguardente senhor Victor conta que foi trabalhar numa cooperativa agrícola que existia em Redenção, e em outras cidades da região como Acarape, Pirangir, Itapiúna e Pacoti. Nesta cooperativa ele trabalhou por pouco tempo e saiu antes dela fechar.

Pelas falas dos dois entrevistados, podemos perceber que o segredo que fez com que o engenho da Douradinha fosse o único a continuar com a fabricação da aguardente até os dias de hoje fora possivelmente à capacidade de investimentos para melhorar a produção de aguardente, como por exemplo, a compra de um engenho mais moderno. O fato é que alguns questionamentos ainda ficam no ar sem resposta visto que não conseguimos falar com nenhum membro da família proprietária desse engenho. O fato é que além de manter os canaviais e continuar com a produção da aguardente Douradinha, cachaça que é exportada para outros países ainda hoje, o dono do engenho ampliou seus negócios investindo em supermercado e negócios imobiliários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentamos fazer um estudo sobre os engenhos de aguardente e sua inserção na cidade de Redenção. Inicialmente no capítulo um, vimos que a região do Maciço de Baturité foi ocupada mediante duas linhas. A primeira delas através da distribuição de sesmarias tendo como referência os rios e a segunda através da formação de uma aldeia indígena chamada de Monte-Mor o Novo da América no lugar onde hoje fica a cidade de Baturité. Vimos que, as condições climáticas da região do Maciço diferenciadas do sertão possibilitaram o cultivo de artigos agrícolas como algodão, café e cana-de-açúcar permitindo a fixação de pessoas nessa região e o surgimento de povoações.

Uma dessas povoações é a que deu origem a cidade de Redenção, que conforme as pesquisas feitas apontam que a cidade de Redenção, anteriormente Acarape originou-se de um pequeno povoado que era distrito policial de Baturité e que desde o início a plantação de cana-de-açúcar foi gênero bastante cultivado na região.

A mudança de nome se deve ao pioneirismo na libertação dos escravos ocorrida em 1883, cinco anos antes da decretação da Lei Áurea pela princesa Isabel. Vimos que, alguns autores apontam para diversos motivos como o pouco número de escravizados e sua pouca importância na economia local que fizeram com que a vila de Acarape viesse ser a primeira no Brasil a libertar seus escravizados.

Entendemos que a abolição dos escravizados é um evento histórico muito presente na memória dos redencionistas e marcada através dos monumentos históricos espalhados pela cidade. Contudo, é evidente que tais monumentos históricos espalhados pela cidade é fruto de uma elite branca e política local, que tendem através desses monumentos valorizar os abolicionistas, deixando os escravizados apenas como personagens secundários dessa história. Percebe-se com isso, que existe uma tentativa ao se contar a história dos libertadores e de invisibilizar a presença negra na região. Não muito diferente do que ocorre na historiografia oficial cearense, que conforme alguns autores apontam, foi constituído ao longo dos anos um discurso que apenas glorifica, reconhece, e enaltece os abolicionistas e as sociedades libertadoras, invisibilizando os negros da história que foram tão importantes contribuidores para a nossa formação cultural e étnica.

No capítulo dois buscamos tratar dos engenhos e da produção de aguardente na região de Redenção. Começamos por falar do engenho do Sítio Livramento que ainda hoje produz a famosa aguardente Douradinha e que faz parte do Museu Senzala Negro Liberto. A ideia era falar com o proprietário, mas isso não foi possível, mas a partir das visitas feitas a esse

Museu, podemos coletar algumas informações. Entre elas, é que o engenho que fabrica a cachaça Douradinha teria vindo da Escócia no ano de 1927, trata-se de um engenho enorme, que funciona utilizando energia elétrica e a vapor e possui uma grande capacidade de produção de extração de litros de caldo de cana-de-açúcar. Peças de um outro engenho oriundo da Inglaterra também são expostas no Museu. O Museu formado pela casa grande e senzala, conserva sua arquitetura do período colonial com uma vasta extensão de terra e plantação de cana-de-açúcar. E embora preserve também muitos peças e artigos do período da escravidão, podemos constatar que a história que é repassada neste Museu é uma narrativa questionável, possivelmente uma reinvenção familiar dos fatos, com pouca preocupação com os acontecimentos históricos e pouca preocupação em dar ênfase na participação dos escravizados os principais agentes de tal processo. Percebe-se que a ênfase central na narrativa repassada no Museu Senzala Negro Liberto é o destaque para a produção de aguardente.

A partir dos dados obtidos das pesquisas bibliográficas se verificou que existiram aproximadamente cerca de 12 a 15 engenhos que produziam aguardentes espalhados na região de Redenção e Acarape. É tanto que a fabricação de aguardente na época deixou a região conhecida como “terra da cachaça”. Percebe-se, além disso, que durante o período de fabricação de aguardente a cidade de Redenção parecia se desenvolver. As fábricas ofereciam muitos empregos para a população. A economia parecia girar em torno dessas pequenas indústrias. Com a decadência dessas indústrias os donos de engenhos voltaram sua atenção para outros investimentos.

Na análise das imagens dos rótulos das aguardentes fabricadas na região, podemos observar que as memórias colocadas nas imagens dos rótulos apontam para uma presença “branca” na história dos engenhos. Portanto, verdade ou não, os rótulos ajudam a construir miticamente uma história branca na economia local. Que é, finalmente, reforçada nos monumentos da cidade, conforme apontado no capítulo 1.

No capítulo três, buscamos com a ajuda da história oral, registrar a história de representantes de algumas famílias que possuíam engenho na região de Redenção e eram ligados a fabricação de aguardente. Conforme os depoimentos, haviam cerca de 12 a 15 fábricas que produziam aguardentes na região. Eram produtos vendidos tanto na região quanto em outras cidades próximas. Aparentemente não havia concorrência por mercado consumidor. Havia produtor que fabricava mais de uma aguardente, embora fosse um produto só, que mudava apenas o rótulo. Os rótulos eram confeccionados em Fortaleza, pois não havia na época tipografia na cidade. A produção de aguardente era uma atividade que empregava

parcela significativa da população. E por um certo período o cultivo de cana-de-açúcar e da produção de aguardente foi responsável pelo certo crescimento econômico da cidade de Redenção.

Concluimos, também, que se inicialmente a sociedade utilizou-se de trabalho escravo, nas últimas décadas do século XIX a presença desse elemento servil era bastante reduzida e a Abolição ocorrida em 1883, apenas consolidou a situação. A partir desse acontecimento apenas trabalhadores livres, embora muito mal remunerados como fica claro nos depoimentos dos entrevistados no capítulo três, tocaram a produção. Estes trabalhadores eram, certamente, os descendentes dos antigos escravos, agora submetidos a novas formas de exploração.

A invisibilidade da presença negra na região de Redenção pode ser percebida também nas falas de um dos entrevistados, ao ser indagado sobre a utilização de mão-de-obra escrava na produção de aguardente, na qual o entrevistado se diz não ter conhecimento sobre esse assunto, que de certa maneira apenas reforçar a constituição de uma economia de cana-de-açúcar e de produção de aguardente desenvolvida na região por pessoas brancas sem a contribuição de negros.

A década de 1970 marca o início da decadência de produção da aguardente pelos tradicionais engenhos a vapor. Os entrevistados não souberam nos explicar os motivos que levaram a decadência, um aponta a questão de uns impostos que eram cobrados na época enquanto outro aponta o fato do auto custo da produção. O fato é que não se tem um consenso dos fatos que levaram a decadência. Novas técnicas irão aumentar a produtividade e baratear o custo do produto final, inviabilizando as tradicionais cachaças de Redenção. Em decorrência disso a cidade entra em um processo de estagnação que se conserva até o final da primeira década do século XXI, quando a instalação da UNILAB vem promover um novo alento de crescimento.

Embora os registros desse processo histórico não estejam ainda adequadamente explorados, o mito construído em torno da ação pioneira de abolir a escravatura continua a dominar todos os discursos sobre a cidade e a legitimar uma elite que se crê iluminada, “das luzes”, sem estender o sentido da liberdade para outros segmentos sociais ou incluir negros e mestiços na história oficial.

Finalizamos este trabalho com a certeza de não conseguimos resolver todas as questões levantadas na pesquisa. Mas esperamos sinceramente que outros pesquisadores venham a se interessar pelo assunto, pois é um campo que necessita de mais investigação e de estudos mais aprofundados. Igualmente, esperamos que esse trabalho possa contribuir no resgate de outro lado da história da cidade de Redenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICANIA E CEARENSIDADE: **Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade**. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **Abolição no Ceará**. In: HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). *Negros no Ceará: História, Memória e Etnicidade*. 2.ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secult/ Imopec, 2009, p. 181-198.

DUARTE, Rones da Mota. **Natureza, Terra e Economia Agropastoril- Soure (CE):1798-1860**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Como a História Oral chegou ao Brasil – Entrevista com Aspásia Camargo a Maria Celina D'Araújo**. *História Oral*. v. 2, p. 167-179, 1999. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=15&path%5B%5D=79>>. Acesso em: 01/10/2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global. 1933.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2007, p.103-132.

FERREIRA, Edglan Lima. **O Ano da Abolição no Ceará**. UNILAB, TCC apresentado para obtenção do título de Bacharel em Humanidades. Redenção, 2015.

GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. 3. ed. melhorada. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução História Cearense**. Fortaleza. BNB. ETENE, 1986.

LEAL, Vinícius Barros. **História de Baturité: época colonial**. Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 1981.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Leitura da fotografia**. *Estudos Feministas*. Número Especial, 2º Semestre, 1994. p. 130-141. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16099/14643>>. Acesso em: 16/10/2015.

MATA, Maria Escolástica de Castro de Sousa da. **Memórias do Município de Acarape: histórias, lendas e “causos”**. Fortaleza: Premium. 2011.

MARQUES, Janote Pires. **A Invisibilidade do Negro na História do Ceará e os Desafios da Lei 10.639/2003**. *Revista Poiésis*. Vol. 7, Nº 12, 2013. Disponível em <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1830>>. Acesso em: 24/10/2015.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos.** *Historiae*. Rio Grande. v. 2, n. 1, p. 95-102, 2011. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>>. Acessado em: 1/10/2015

PINHEIRO, Francisco José. **Mundos em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território.** In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide. (org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p.17-55.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do indizível ao dizível.** *Ciência e Cultura*. 1986. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3825&Itemid=170>. Acesso em: 1/10/2015.

RATTS, Alex. **Traços Étnicos: espacialidades e culturas negra e indígenas.** 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secult, 2009.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

SILVA, Francisco Rodrigues da. **Redenção: Palco dos primeiros abolicionistas do Brasil, Berço da educadora dos redencionistas Maria Helena Russo.** Sobral: Edições Uva, 2004.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2003.